

CLAUDETE SOARES DE ANDRADE SANTOS

**OS COLONOS E A IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DA
COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (1940 – 1970)**

DOURADOS, MS

- 2007 -

CLAUDETE SOARES DE ANDRADE SANTOS

**OS COLONOS E A IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DA
COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (1940 – 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Federal da Grande Dourados - para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos

**DOURADOS, MS
2007**

981.7 Santos, Claudete Soares de
S237c Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola
Nacional de Dourados (1940-1970) / Claudete Soares de Andrade.
Dourados, MS : UFGD, 2007.
100 p

Orientador : Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da
Grande Dourados.

1. Colonos – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, MS –
Igreja Católica – Influências. 2. Migrantes. Título.

CLAUDETE SOARES DE ANDRADE SANTOS

**OS COLONOS E A IGREJA CATÓLICA NO CONTESTO DA COLÔNIA
AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (1940-1970)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de _____ de 2007

DADOS CURRICULARES

CLAUDETE SOARES DE ANDRADE SANTOS

NASCIMENTO 12/03/1975 – Dourados/M.S

FILIAÇÃO Lauro Soares de Andrade
Ereni Pereira de Andrade

1997/2000 Curso de Graduação em História Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul – UFMS – Dourados – MS

2003/2005 Curso de especialização em História – Historiografia e Ensino de
História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS -
Dourados – MS.

Ao meu pai, Lauro Soares de Andrade, hoje com sua memória tão cheia de lacunas... Mas em tempo pode me contar sua história de vida, a qual, com amor, para sempre vou guardar.

Se eu tivesse que fazer tudo de novo, com a idade que eu tinha eu faria. Do norte só ficou saudade... sou um homem realizado, não pelos bens, mas pela família que eu gosto de mais e quero ver unida até fim da minha vida. (Lauro Soares de Andrade).

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar minha dissertação gostaria de lembrar de algumas pessoas a quem devo agradecimentos, pois é certo que tal propósito ficaria inviável se eu não pudesse contar com o companheirismo e torcida de tantas pessoas.

- Ao meu orientador, professor Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos pela dedicação ao acompanhar a realização do trabalho e, principalmente, por demonstrar confiança, o que me fez tantas vezes recuperar o entusiasmo para retomar a produção do trabalho.

- Aos meus professores do mestrado, João Carlos, Paulo Cimó, Eudes e Damião, pela colaboração com suas discussões e indicações de leituras importantes para o aprimoramento do trabalho.

- Obrigada meus colegas de turma pelo companheirismo. Em especial agradeço a Eva e a Márcia, pois tantas vezes compartilharam comigo (mesmo à distância) de minhas angústias quando a produção desse trabalho parecia impossível.

- Obrigada Thaís e Laura minhas amigas há tão pouco tempo, mas solidárias e sempre dispostas a pronunciar palavras de otimismo do tipo *você vai conseguir!*

- Minhas sobrinhas Patrícia e Cláudia Regina, obrigada pela hospedagem, pelo carinho e pela torcida.

- Aos meus pais Lauro e Ereni, pelo amor e pela compreensão, pois tiveram que aceitar minhas ausências, em momentos que consideravam tão importante, a minha presença.

- Obrigada aos meus irmãos, mesmo distantes, suas energias positivas chegaram até mim.

- Obrigada aos funcionários do Arquivo Histórico de Campo Grande, em especial Paulo e Soraia, pela colaboração e bom atendimento durante minhas pesquisas no arquivo.

- Obrigada às pessoas que me atenderam nas escolas, secretarias paroquiais e outras instituições, pela gentileza e compreensão.

- Obrigada a minha pequena família, Antônio, Daiana e Daniela. Sei que não é fácil conviver comigo quando sou tomada pela ansiedade e angústia diante de um desafio. Que bom que agora posso responder à indagação tantas vezes ouvida: *Quando vai terminar?*

Cidadão

*[...] Tá vendo aquele colégio moço
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Fiz a massa, pus cimento
Ajudei a rebocar [...]
Tá vendo aquela igreja moço
Onde o padre diz amém
Pus o sino e o badalo
Enchi minha mão de calo
Lá eu trabalhei também
Lá foi que valeu a pena
Tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar [...]*

Lúcio Barbosa

RESUMO

Este trabalho trata da colonização em terras sul-mato-grossenses, na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Para o governo brasileiro, colonizar esta região representava promover a segurança em área de fronteira e resolver alguns problemas sociais, dentre eles a questão da terra. A propaganda em torno desse projeto despertou o interesse de muitos brasileiros, era a oportunidade de conquistar o tão sonhado pedaço de chão. Na 2ª Zona da Colônia o sistema de ocupação das terras e o cotidiano dos colonos tiveram características peculiares. A ocupação foi forçada e, os primeiros anos foram marcados por trabalho e luta para superar os desafios. Os principais aspectos destacados são relativos ao colono, à sua adaptação à “nova terra”, aos desafios e ao modelo de organização social que construíram. Dentro dessa perspectiva, destaca-se a associação com a Igreja católica, instituição que marcou veemente presença no cotidiano das pequenas cidades que surgiram com a intensificação da ocupação da região.

PALAVRAS-CHAVE: Colônia Agrícola Nacional de Dourados; Colonos; Igreja Católica; Religiosidade e trabalho.

ABSTRACT

This work refers to colonization in sul-matogrossense territory, Colony National Agricultural of Dourados. For the Brazilian government, colonize this region accounted for promoting security in the border area and solve some social problems, among them the property ownership question. The merchandising surrounding this project aroused the many Brazilians interest, was the opportunity to win dream as particular property. In the 2nd Region of Cologne the occupation system of property and settlers daily life had a peculiar characteristics. The occupation was forced, and the first years were marked by work and struggle to challenges overcome. The main aspects are posted on the colono, their adaptation to the "new earth", the challenges and social organization model that built. Within this perspective, highlights is the association with the Catholic Church, an institution that has strong presence in the daily life of small towns that emerged with the region occupation intensified.

KEYWORDS: Colony National Agricultural of Dourados; Colonist; Catholic Church; Religiosities and work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SOMECO: Sociedade de Melhoramentos e Colonização

CAND: Colônia Agrícola Nacional de Dourados

INCRA: Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária

INIC: Instituto Nacional de Imigração e Colonização

SAS: Serviço de Assistência Social

MSP: Movimento Social Palotino

SIAS: Sociedade Integrada de Assistência Social

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
A COLONIZAÇÃO EM TERRA SUL-MATO-GROSSENSE: PROPOSTA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.....	
1. Patriotismo nacionalismo e segurança interna.....	19
MAPA – Colônia Agrícola Nacional de Dourados.....	21
2. De migrante a colono.....	24
3. Colonos ou posseiros? A ocupação da 2ª zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.....	29
CAPÍTULO II	
A IGREJA CATÓLICA, A CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL E A COLONIZAÇÃO.....	
1. A inserção das missões católicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados	47
MAPA – Mato Grosso do Sul: divisão por municípios	61
CAPÍTULO III	
A MISSÃO PALOTINA EM MATO GROSSO.....	
1 Atuação e liderança dos missionários.....	63
2. Memórias e memorialistas: manifestações de uma identidade católica.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	97
LISTA DE ANEXOS.....	104

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo principal a análise do contexto da colonização em terras sul-mato-grossenses, na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Trata-se de um projeto do governo federal implementado durante as décadas de 1940 e 1950. A iniciativa do governo de promover a expansão da ocupação da região Sul do antigo Mato Grosso foi concretizada pela intensa participação de milhares de migrantes que se dirigiram para a região de Dourados na expectativa de conquistar seu tão sonhado “pedaço de chão”.

Os principais aspectos destacados são direcionados ao colono, à sua adaptação à “nova terra”, aos desafios e ao modelo de organização social que construíram. Dentro dessa perspectiva, destaca-se a associação com a Igreja católica, instituição que marcou veemente presença no cotidiano das pequenas cidades que surgiram com a intensificação da ocupação da região.

O espaço estudado refere-se à 2ª zona da CAND, situada à margem direita do rio Dourados, área que passou a ser ocupada a partir de 1953, quando se esgotaram as áreas que tinham sido demarcadas pela administração da colônia. A proposta inicial apresentada no projeto de dissertação tinha um caráter mais amplo, pretendia-se analisar a atuação da Igreja em toda a extensão da Colônia. No entanto, tendo em vista que outros trabalhos (referenciados no interior da dissertação) já trataram de questões mais abrangentes relativas à Igreja nesse período, tornou-se mais viável concentrar as análises para uma região específica no interior da colônia.

Meu contato com essa temática teve início em pesquisas anteriores (monografias de Iniciação Científica e Especialização) onde foram levantadas questões relativas ao cotidiano na colônia e também sobre a atuação da Igreja católica. Apropriando-me de novas fontes, foi possível aprofundar conhecimentos relativos principalmente ao cotidiano na colônia, com destaque para as ações dos colonos migrantes nordestinos e dos padres palotinos que, desde o início do processo, estiveram presentes na região da colônia.

Foram utilizados diversos tipos de fontes. Além da pesquisa bibliográfica, foi de grande relevância o estudo e análise de boa quantidade de documentação primária. Partindo de uma concepção bastante ampla em relação à documentação, foram catalogadas fontes: atas, relatórios, recortes de jornais, ofícios, fotografias, correspondências, arquivos da Cúria Diocesana e de paróquias e encartes, além de material impresso produzido por memorialistas.

A História Oral também foi importante instrumento para interpretação dessa história. Trata-se de uma pesquisa referente a um período contemporâneo (história do presente para alguns teóricos historiadores), e, portanto, as fontes orais foram importantes para a aquisição de dados relevantes para responder às questões levantadas. Entrevistei pessoas que participaram do contexto em estudado, antigos colonos, religiosos e outros segmentos. Foi levada em consideração a idéia de que a História Oral tem importante valor, pois, a mesma, inclui na história manifestações que a documentação oficial, na maioria das vezes, não apresenta. José Bom Meihy, faz a seguinte afirmação em relação à História Oral:

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da História Oral, garantindo sentido social à vida de depoentes e leitores que possam entender a seqüência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem (MEIHY, 1996. p. 10).

Levando em conta as considerações de Meihy, a História Oral foi utilizada, principalmente, na modalidade de história oral temática, ou seja, para efeito de análise e interpretação, as informações aproveitadas estavam associadas ao contexto geral do tema. Desta forma, os depoimentos não foram trabalhados, isoladamente, pois se buscou fazer a análise comparativa com outras fontes.

A pesquisa buscou apoio metodológico em autores que trabalham ou trabalharam com a temática da Igreja e da colonização. Foram analisadas obras como a de José Oscar Beozzo, *A Igrejas e a imigração*¹. Nesta obra o autor adota uma metodologia que se centra no estudo da Igreja Católica num contexto sócio-político específico, qual seja, da imigração para o Sudeste e para o Sul do país. Para tanto, leva em consideração o momento histórico vivenciado internamente pela Igreja e, observa ainda, as condições singulares que

¹ BEOZZO, José Oscar. *As Igrejas e a Imigração*. In: DREHER, Martin N. *Imigrações e história da Igreja no Brasil*. Aparecida do Norte, SP: Ed. Santuário, 1993.

permeiam a sua atuação em regiões diferentes, destacando assim a heterogeneidade em que se configura os trabalhos da Igreja em tempos e locais distintos da história.

Tal metodologia serviu de inspiração para as análises desenvolvidas no interior deste trabalho, sendo obviamente aplicada no contexto, tempo e lugar, do objeto proposto. Destaco ainda os autores, Luiz Gonzaga Lima, Márcio Moreira Alves e, com produção mais recente, Damião Duque de Farias autores que analisam as transformações da Igreja Católica e seu envolvimento com o Estado e a sociedade.

Também fez parte de minha orientação metodológica autores que trabalham com a temática da colonização contemporânea no Brasil e, especificamente, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dentre eles pode-se destacar: Alcir Lenharo, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, nordeste e Centro Oeste* (1985), a obra trás uma abordagem dos aspectos gerais da colonização contemporânea no Brasil, destacando os fatores que motivaram o governo brasileiro a implementar projetos de colonização, discute também as condições de fixação dos trabalhadores nessas áreas colonizadas; Otávio Ianni – *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia* (1979) – o autor analisa a história da colonização na região da Amazônia, muito marcada pela presença de posseiros, e pela especulação fundiária o que gerou um cenário de conflitos agrários e a formação de mais latifúndios; José de Souza Martins – *A imigração e a crise no Brasil agrário* (1973), onde o autor destaca questões ligadas à imigração e à migração, que muitas vezes estão associadas ao sonho da terra.

Sobre a colonização em Mato Grosso, Cláudio A. Vasconcelos – *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre* (1986) – faz um estudo da Colônia Várzea Alegre, um modelo de colonização particular, mas que está vinculado à ideologia do projeto nacional de desenvolvimento; Benícia Couto de Oliveira em *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso* (1999), discute também os objetivos e estratégias políticas do governo Getúlio Vargas na criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Para responder aos objetivos centrais que nortearam a produção desse trabalho foram desenvolvidos três capítulos. O primeiro, intitulado *Colonização em terras sul-mato-grossenses: proposta nacional de desenvolvimento*, trás uma abordagem geral sobre a

colonização no Sul de Mato Grosso. Com base em bibliografia consultada foram destacados fatores e circunstâncias que mobilizaram o governo federal a desenvolver o referido projeto de colonização. Além dos objetivos do governo também foram destacadas as estratégias utilizadas para que tais objetivos fossem alcançados.

A colonização representava, dentre outros fatores, promover uma intensificação da ocupação de partes do território brasileiro, principalmente em áreas de fronteira e, para que isso ocorresse, era necessário despertar o interesse nos brasileiros. Alguns imigrantes e, principalmente migrantes se deslocaram para o Sul de Mato Grosso. Os fatores que mobilizaram essas migrações foram analisados considerando-se dois aspectos: o da expulsão, ou seja, as razões que se relacionavam com condição de vida do migrante na sua terra de origem e, o da atração, elementos que despertaram expectativa de vida para essa população que se dispôs a migrar.

Na 2ª Zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados o sistema de ocupação das terras teve características singulares. A propaganda do governo que garantia terra gratuita atraiu muitos migrantes fazendo acelerar o processo de ocupação das terras nessa área. Através do método da História Oral e investigação de documentos escritos foi possível compreender que os colonos dessa região utilizaram várias estratégias para se adaptar à conjuntura que encontraram, por exemplo, a ocupação forçada das terras e a formação de áreas urbanas.

Além de questionar sobre o sistema de ocupação, o cotidiano característico dessa sociedade também foi analisado. As pessoas ouvidas, as quais são aqui entendidas como colaboradoras, destacaram enfaticamente a luta como forma para superar os desafios que encontram para se estabelecer na Colônia, também sublinharam, com frequência, as iniciativas em função de organização enquanto sociedade. Soma-se a estes dois fatores a questão da fé. A conjuntura, marcada por trabalho e projetos, favoreceu a inserção de ações propostas pela Igreja que, desde início, esteve presente no cotidiano da sociedade.

A Igreja Católica, a conjuntura política nacional e a colonização é o título do segundo capítulo deste trabalho. O principal aspecto analisado foi a inserção das missões católicas na região. No entanto, para se compreender o contexto em que se deu a inserção da Igreja na Colônia foi necessário analisar, primeiramente, a postura da Igreja no cenário

da política nacional. Essa análise mais ampla serviu para identificar se tal conjuntura influenciou nas ações desempenhadas pela Igreja no interior da CAND, principalmente na sua relação com o Estado.

Outra questão observada diz respeito à estrutura da Igreja, anterior à ocupação da colônia. A Igreja tinha ainda uma organização limitada, mas a expansão da colônia foi apreciada pela Igreja que visualizou a possibilidade de também expandir seus trabalhos. A expansão se efetivou dentro de um clima de disputa com outras religiões, principalmente com os protestantes tradicionais que se estabeleciam na região.

Entre os fatores que se entendia como necessário à organização da sociedade estava a questão da religiosidade. A Igreja católica, revestida de princípios missionários, passou também a constituir o cotidiano na colônia.

A *missão palotina* é o título do terceiro capítulo. A Igreja católica enviou seus representantes missionários, os padres palotinos, para desenvolver os seus trabalhos na Colônia. O ideal missionário faz parte da representação exposta pelos próprios palotinos acerca da história de suas missões em terras sul mato-grossenses, como fica demonstrado na obra que apresentaram em comemoração aos 25 anos de sua chegada em Mato Grosso, que trás como título *No princípio era a selva*. Nessa obra destacam um cenário marcado por inúmeras dificuldades, mas que tornava ainda mais honrosa a missão palotina.

A Igreja católica (com seus padres palotinos), além do trabalho religioso, atuou também na liderança política. Neste capítulo foram analisados os possíveis fatores que possibilitaram à Igreja tornar-se referência para sociedade, criando inclusive, espaços consideráveis de poder nas cidades formadas a partir do projeto de colonização. Para análise desta questão a documentação escrita foi o principal recurso utilizado.

O conservadorismo constituiu-se numa característica marcante na atuação da Igreja no seio da colônia. A memória, no entanto, tende a destacar, com muito mais ênfase, a dedicação dos religiosos e a importância de seus trabalhos. Nas cidades, aonde as missões foram desenvolvidas, verifica-se uma marcante tradição católica, demonstrada através de festas religiosas, homenagens póstumas a religiosos, dentre outras manifestações.

CAPÍTULO I

COLONIZAÇÃO EM TERRA SUL-MATO-GROSSENSE: PROPOSTA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

1 Patriotismo, nacionalismo e segurança interna

A conjuntura sócio política do país, em meados do século XX, propiciou o desenvolvimento de uma política administrativa visando intensificar o povoamento da região Centro Oeste. Tal iniciativa ficou denominada de a *Marcha para o Oeste*. Tratava-se de uma providência do governo Getúlio Vargas que por sua vez exerceu influência direta numa onda de migração de várias regiões do país para o Sul de Mato Grosso.

Para analisar as políticas de colonização efetivadas no Sul de Mato Grosso é importante reconhecer alguns aspectos que, de forma geral, podem caracterizar historicamente essa região que, na década de 1970, veio a se tornar o Estado de Mato Grosso do Sul. O historiador Paulo Cimó Queiroz, em seu artigo intitulado *Temores e esperanças: o antigo Sul-de-Mato-Grosso e o Estado Nacional Brasileiro*, no qual investiga as políticas desenvolvidas pelos poderes centrais do Brasil, nos espaços sul-mato-grossenses, identifica algumas especificidades dessa região:

Algumas das principais características dessa região, que emergem e são reiteradas ao longo dos séculos, poderiam ser assim resumidas: vastidão territorial; situação fronteiriça; grande distância dos centros dirigentes brasileiros (situados no litoral atlântico); precariedade nas vias de comunicação existentes no interior da própria região e entre ela e os ditos centros; população não-indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade².

Tais características teriam mobilizado, em diferentes períodos, os governos centrais a tomarem medidas no sentido de garantir o domínio desse território. Para o citado historiador, o discurso da unidade territorial está presente desde a independência do Brasil, pois era preocupação da elite manter na íntegra a unidade territorial herdada da colonização portuguesa.

² QUEIROZ, Paulo, 2003, p. 20

No entanto, as preocupações que atingiam os governos não se restringiam apenas à segurança do território em relação aos domínios externos, mas, também internamente, haja vista os conflitos que assolavam a população em face ao coronelismo e ao banditismo que tomava dimensões devido à fraqueza da força estatal (QUEIROZ, 2002, p. 3).

Uma outra preocupação sentida pelas autoridades nacionais, principalmente no início do século XX, diz respeito à Companhia Mate Laranjeira, que tomava ares de Estado autônomo, como demonstra Arruda:

Construiu estratégias de controle, em que sua mais íntima e disfarçada finalidade, objetivavam criar condições de domínio absoluto sobre os trabalhadores e moradores da região dos ervais. Estabeleceu um “Estado dentro do Estado”, onde, “tudo era da Mate” no dizer de um morador (ARRUDA, 1997, p. 33).

A presença da Mate Laranjeira em Mato Grosso significava a ausência do estado tendo em vista que a mesma, para fazer valer os “seus direitos”, não recorria ao poder estatal ou à força do mesmo (embora os tivesse legalmente assegurados) ao contrário, estabelecia seus próprios mecanismos de força, tornando-se a própria lei.

A Mate não contava com as forças policiais públicas para impor o reconhecimento de “seus direitos legais” sobre a região. Para o controle cotidiano do mundo dos ervais, a empresa utilizava-se de grupos armados conhecidos como “comitiveros” e que agiam por outra lei, a “lei do 44”. Denominação regional sobre o poder adquirido pelo uso da violência, caracterizado pelo revolver “Smith and wesson”, calibre 44. Tinha como finalidade recuperar trabalhadores “fujões” das ranchadas ervateiras e combater os “changa-ys” (Idem, p. 39).

O espaço sul-mato-grossense caracterizava-se, portanto, por uma área de frágil defesa estatal, o que motivou as iniciativas do governo central, principalmente a partir do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Tratava-se de um conjunto de medidas que gradativamente viria transformar tal contexto de distanciamento da região em relação ao aparato institucional do estado. Montando, desta forma, um amplo programa de centralização de poder que reunia um conjunto de iniciativas. Queiroz destaca como mais notável a *chamada política de nacionalização das fronteiras*. No conjunto dessas medidas, ou como consequência delas, emerge a colonização no Sul de Mato Grosso.

Entre as medidas pode-se sublinhar a exigência de que, em 150 quilômetros de áreas fronteiriças, só poderiam ser concedidas terras mediante a permissão do Conselho de Segurança Nacional e, o fim do contrato de arrendamento dos ervais pela Companhia Mate Laranjeira. Essas medidas estavam intimamente associadas à colonização efetivada pela campanha *Marcha para o Oeste* promovida pelo governo Getúlio Vargas, pois todas englobavam o difundido projeto de *nacionalização das fronteiras*. Sobre a questão afirma Benícia C. de Oliveira:

A Marcha para o Oeste é parte integrante do projeto colonizador e de nacionalização das fronteiras do Estado Novo, era um programa que envolvia governos estaduais, políticos regionais, empresas locais e pessoas que se dispuseram a migrar para as regiões despovoadas ou semipovoadas (OLIVEIRA, 1999, p. 78).

A colonização do sul do Estado caracterizou-se, portanto, pela mobilização do governo central num amplo projeto de colonização. Neste contexto, foi criada, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (mapa p.22), um projeto que se iniciou efetivamente em 1948.

Outros modelos de colonização também foram efetivados no sul do Estado. Em Miranda, na década de 50, foi implantada a Colônia Agrícola Arnaldo Estevão de Figueiredo, um projeto de colonização com destacável empenho do poder público local.

Algumas companhias colonizadoras passaram a atuar de forma significativa em terras públicas a partir de 1951. A companhia Moura Andrade empreendeu a colonização que deu origem à cidade de Nova Andradina. Outro exemplo é a colonização efetuada pela Companhia de Melhoramentos e Colonização (SOMECO), em terras onde hoje se situam os municípios de Ivinhema e Glória de Dourados.

O discurso ideológico de Vargas convocava a população para uma missão de cunho patriótico. Seu objetivo era conquistar a adesão dos brasileiros para o desbravamento das regiões de parco povoamento, construindo um nacionalismo pautado na idéia capitalista de desenvolvimento econômico e conquista total do território.

Patriotismo, nacionalismo e segurança interna são palavras-chave no entendimento da política colonizadora do Estado Novo. Era um verdadeiro apelo a uma retomada bandeirante, para aquisição do *pleno desenvolvimento* do país.

Mapa Colônia Agrícola

A obra *Marcha para o Oeste*, de Cassiano Ricardo, retrata a concepção de nacionalidade difundida na política de colonização do Estado Novo. Em meio a toda apologia em que se traduz a obra, encontram-se conceitos referentes à *bio-democracia* e *quistos étnicos* (RICARDO, 1942, p.81).

A propaganda foi importante instrumento de persuasão utilizado por Vargas. As notícias e propagandas bem elaboradas percorriam o país e as pessoas acompanhavam o processo de colonização que se desenvolvia na região, como esclarece o senhor Eutácio Caetano Brás, baiano que migrou para o Sul de Mato Grosso em 1954:

Eu vim pra cá porque ouvia dizer que aqui tinha terra de graça e casa para mora. Fiquei sabendo pelo jornal e, também por outras pessoas que comentavam e então resolvi e parti para essa região³.

Embora a criação da colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) tenha sido implantada, em 1943, e se efetivado em 1948, a chamada campanha *Marcha para o Oeste* já tinha sido desencadeada a partir de 1938. Tal campanha nascia com o objetivo de promover a ocupação dos espaços considerados vazios. A campanha revestida de grande aparato propagandístico apresentava ao povo brasileiro a colonização como chave para o desenvolvimento econômico e a conquista total do território.

Aliado aos problemas já mencionados, sobre os quais o governo central vinha se mobilizando no sentido de tornar presente o poder institucional e nacionalizar as fronteiras, outro aspecto também merece atenção: viabilizar a ocupação de vastos territórios poderia significar um aparato para conter e inibir mobilizações contrárias ao seu governo, dado o momento de centralização de poder e governo de cunho autoritário instituído por Vargas.

No Estado novo foi necessário aprimorar o discurso de forma que o povo não sentisse a falta das instâncias democráticas, como o congresso nacional e a Assembléia Legislativa que haviam sido fechados pelo presidente através do golpe de estado, em 10 de novembro de 1937. Portanto, atribuir ao povo certas responsabilidades significava poder governar sem muitos percalços (OLIVEIRA, 1999, p. 71).

Um conjunto de fatores permeou o contexto histórico da colonização contemporânea em Mato Grosso. A preocupação com questões que, na visão no governo

³ Eutácio Caetano Brás, 2006, f. 1. O colaborador foi entrevistado pela autora. O conteúdo está sobre sua guarda e, ao término será adequadamente organizado e disponibilizado para o Núcleo de Documentação e Estudos Regionais da Universidade Federal da Grande Dourados.

central, poderiam comprometer a segurança nacional e a estabilidade de seu governo funcionou como elemento motivador na construção desse amplo projeto. Colocado gradativamente em prática o projeto nacional de desenvolvimento foi adquirindo características que se diferenciaram de acordo com o período, região e participação dos colonos, importantes agentes na construção dessa história.

2 De migrante a colono

O projeto de colonização idealizado pelo governo Vargas foi viabilizado, em grande parte, pela disposição de muitos brasileiros em migrar para áreas até então (segundo informações oficiais) pouco povoadas, eram migrantes e imigrantes, que carregados por sonhos deixavam sua terra em busca de um objetivo: a posse da terra.

A colonização da região que compreende a Grande Dourados, além de ter como marco a diversidade de modelos de colonização – pois tivemos colônias particulares, federal e até mesmo municipal – foi também diversa em relação à origem dos colonos. As pesquisas têm mostrado que a participação de brasileiros nordestinos foi de grande destaque, constituindo seguramente a maioria dos colonos. Por outro lado, a presença de estrangeiros (como exemplo, os japoneses que estiveram mais ligados a projetos particulares de colonização) também vem sendo sublinhada⁴.

Partindo do pressuposto de que a migração nordestina para áreas coloniais da região da Grande Dourados foi mais numerosa em relação às migrações de outras regiões do país, é bastante oportuno analisar os aspectos que possivelmente condicionaram esses tantos nordestinos a migrarem e se estabelecerem nessa colônia, lugar que na época, além de ser distante de sua terra natal, era de difícil acesso.

⁴ Sobre a imigração japonesa para áreas coloniais da região da Grande Dourados, já existem estudos específicos, cito:

PRADO, Joana Medeiros. *O eldorado de Dourados: a Colônia dos Baianos e a Colônia Café Porã– 1950 a 1960*. 2001. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso de Sul, Dourado.

INAGAKI, Edna Matsue. *Douradossu: caminhos e cotidianos dos Nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*, 2002. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

Para a região central de Mato Grosso do Sul, a dissertação de Vasconcelos, 1986, faz um estudo sobre a Colônia Várzea Alegre formada por migrantes japoneses na década de 1950-60.

As migrações constituem fenômenos de grande relevância social, refletem a necessidade ou tentativa de produzir mudanças numa estrutura social e econômica incômoda a muitas pessoas. A própria história se encarrega de dar sentido aos fluxos migratórios, o que torna fundamental a atenção para elementos que permeiam o contexto migratório específico, no caso, a análise em questão recai para a realidade socioeconômica vivenciada pelos nordestinos que, nas décadas de 1940 e 1950, puseram-se a caminho das terras sul-mato-grossense.

Na perspectiva de compreender os aspectos que motivaram a vinda dos colonos é significativo observar elementos históricos que se constituíram em atração, e outros que, por sua vez, estão associados à expulsão. São duas faces de uma mesma moeda. A condição social vivenciada pelos migrantes em sua terra de origem gerava a expulsão, tornando, ao mesmo tempo, as terras do projeto de colonização, até então desconhecidas, um atrativo que se vinculava diretamente ao sonho da propriedade da terra.

Atualmente quando os então colonos são indagados sobre os motivos de sua saída da sempre “tão saudosa” terra natal, verifica-se uma tendência em afirmar que a seca e a falta de terra foi o principal motivo. A seca, uma característica do sertão nordestino e, a falta de terra, resultado de uma ocupação já bastante antiga, ou seja, a oferta de terras seria uma condição possível apenas em lugares ainda “não povoados”. Um dos colonos comentou aliviado:

tivemos sorte, hoje já não tem mais como fazer distribuição de terra, só se tomar dos outros como quer os sem terra, mas no nosso tempo foi feito tudo direitinho⁵.

Não se pode negar o problema secular ocasionado pelo clima seco do nordeste, mas é possível observar que entender a seca como a causa motriz dos problemas sociais que afetam os nordestinos seria ignorar todo um conjunto de fatores que compreendem vários elementos históricos. A questão fundiária, por exemplo, e até mesmo as políticas públicas voltadas para o combate à seca são fatores que, associados, resultam na predominância de um grave problema social, o da expulsão dos sertanejos de sua terra natal.

⁵ Osvaldo Nascimento, 2003, f. 1. O colaborador foi entrevistado pela autora. O conteúdo está sobre sua guarda e, ao término da dissertação, será adequadamente organizado e disponibilizado para o Núcleo de Documentação e Estudos Regionais da Universidade Federal da Grande Dourados.

Portanto, a questão fundiária pode ser entendida como um fator que gerou a expulsão de trabalhadores que tinham como ofício o trabalho com a terra. Tal quadro brasileiro de expropriação e trabalho no campo pode ser observado nos números a seguir:

Distribuição dos trabalhadores rurais, em território brasileiro, na década de 1950

Discriminação	Em terras próprias		Em terras alheias	
	Nº absoluto	% sobre total	Nº absoluto	% sobre o total
Total	4.888.247	44,5	6.108.587	55,5
Homens	2.559.966	38,3	4.128.938	61,7
Mulheres	1.292.782	53,6	1.120.870	46,4
Menores	1.035.499	54,7	858.779	45,3

Fonte: JÚNIOR, Manuel Diégues. Populações rurais brasileiras. In: *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1972, p. 157.

O quadro apresenta estatísticas da década de 1950, período em que se intensificaram as ondas migratórias para as áreas coloniais da Região da Grande Dourados. Tal estatística demonstra numericamente um percentual significativo de trabalhadores rurais desprovidos de terra. Essa constatação permite sugerir que com o anúncio do projeto de colonização, o sonho de possuir uma propriedade rural transformava-se em planos, projetos de vida para um grande número de famílias.

Comparando a CAND a outros projetos de colonização efetuados em outros estados como o Paraná, pode-se perceber diferenças fundamentais principalmente no perfil dos colonos. A colonização paranaense oferecia a oportunidade de expandir capital através da aquisição de terras boas e de baixo custo, o que significava receber migrantes já com certo poder aquisitivo. O modelo de colonização desenvolvido no sul de Mato Grosso, através da CAND, possibilitou a aquisição de terras gratuitas, mas a maioria dos migrantes que se estabeleceu na região possuía apenas uma pequena bagagem composta de *algumas panelas, a tralha de cozinha, uma lata de banha com jabá, sabão de soda, dinheiro muito pouco, eram as economias que tinha que dá para um bom tempo até que as coisas se ajeitassem*⁶.

⁶ Osvaldo Nascimento, 2003, f. 1

A CAND traz ainda em seu interior especificidades que possibilitam perceber singularidades no desenrolar desse processo de colonização. O grande fluxo migratório acelerou o processo de ocupação da região. O crescimento desse fluxo migratório explica-se, em parte, pela propaganda amplamente utilizada pelo governo federal que, desde o início do projeto nacional de colonização, não poupou discursos para envolver a população em sua *Marcha para o Oeste*. Uma ideologia que pressupunha o apelo patriótico para a *construção da nação*, mediante o resgate do espírito bandeirante, como interpreta Benícia Oliveira:

A campanha Marcha para o Oeste, desencadeada em 1938, propunha a *construção da nação* por todos os brasileiros e isso foi fundamental para os trabalhadores que tinham sido expulsos do campo e encontravam-se desempregados nas cidades ou trabalhavam como empregados rurais nos grandes latifúndios, sobretudo na região nordeste, aderissem ao projeto. A marcha desencadeada pelo governo Vargas, ideologicamente, foi da maior importância no estabelecimento de uma ponte entre o movimento bandeirante da época colonial e uma reencenação dele no Estado Novo: cultivar nos brasileiros o espírito bandeirante significava despertá-lo para a redescoberta do Brasil (OLIVEIRA, 1999, p. 88).

Os primeiros migrantes a aderir ao projeto anunciado pelo governo federal chegaram à região em 1948. Segundo seus depoimentos, eles receberam além dos lotes de 30 hectares legalmente demarcados, uma casa em sua propriedade, ferramentas e demais benfeitorias. À medida que os primeiros colonos tomavam posse de suas terras e benfeitorias, as notícias se espalhavam e atraíam mais colonos que nos anos seguintes não paravam de chegar. O depoimento a seguir dispensado por Lauro Soares de Andrade, colono que chegou à região em 1953, assim retrata este cenário:

Quando eu saí de lá eu vim para Mato Grosso, isso foi em 1953. Eu tive informação de que para esses lados estava sendo formada uma colônia. Eu soube através de outras pessoas que já tinham vindo, tinham olhado e gostado do lugar. As notícias que a gente ouvia eram muito boas, diziam que a terra era fértil. Nesse tempo o governo era o Getúlio Vargas, governo igual nós nunca mais vamos ver⁷.

⁷ Lauro Soares de Andrade, 2003, f.1. O colaborador foi entrevistado pela autora. O conteúdo da entrevista está sob sua guarda e, ao término dos trabalhos será adequadamente organizado e disponibilizado para o Núcleo de Documentação e Estudos Regionais da Universidade Federal da Grande Dourados.

A terra gratuita e a possibilidade de mais incentivos por parte do poder público atraíram, nos primeiros anos de efetiva colonização, um número maior de colonos do que o que possivelmente era aguardado. Os próprios colonos passam a fazer a propaganda. O *ouvir dizer* tomou proporções significativas e contribuiu para a intensificação das migrações para as áreas coloniais. As notícias eram positivas e motivavam os trabalhadores:

Eu vim pra cá porque ouvia dizer que aqui tinha terra de graça e casa para morar. Fiquei sabendo pelo jornal e, também por outras pessoas que comentavam e então resolvi e parti para essa região⁸.

Algumas notícias chegavam por cartas de amigos ou parentes que já viviam na Colônia, ou ainda por alguns que a visitaram em caráter exploratório, conheciam o local e retornavam à região de origem para buscar a família e contavam aos demais sobre suas impressões que inspiravam boas expectativas e estimulavam desta forma, outros trabalhadores a migrar.

Mas as dificuldades permearam de forma incondicional a trajetória dos migrantes. A gratuidade da terra era um excelente atrativo, mas a posse da terra teve o seu preço, preço que estava associado à adversidades encontradas pelos colonos. Boa parte dos atrativos oferecidos pelo governo federal no início da implantação da colônia, como as benfeitorias, deixaram logo de existir. Sem o apoio ou as *mordomias*, como sublinha nosso colaborador, os colonos passaram a construir uma história, que hoje se traduz em memórias que misturam saudosismo, orgulho e heroísmo. Na continuidade de seu depoimento o Sr. Lauro acrescenta:

[...] Eles falavam, também, das dificuldades, mas os primeiros ainda tiveram mais vantagens. O governo doava ferramentas, panelas e até a casa já com o poço d'água. As primeiras pessoas que chegaram tinham a casinha para morar. Até os arames para cercar uma área, caso o colono quisesse criar um animal. Ouvindo todas essas coisas, a gente ficou animada, se encorajou, mas essas mordomias foi só para os primeiros, quando a gente veio já tinha passado. Os primeiros quando chegaram pegaram tudo muito cru, era bem mais difícil, por isso tiveram mais ajuda do governo⁹.

⁸ Eutácio Brás, 2006, f. 1.

⁹ Lauro Andrade, 2003, f. 2.

3. Colonos ou posseiros? A ocupação da 2ª zona da colônia

A entrada dos colonos nas terras localizadas a partir da margem direita do rio Dourados só aconteceu 6 anos após o início dos trabalhos na CAND. A colonização desta região corresponde à 2ª *zona da colônia*, conforme identificação do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA e abrangia um total de 199.000 hectares.

A forma de ocupação dessa região acabou diferenciando-a das primeiras áreas ocupadas na CAND. Num dado momento, a colonização que se caracterizava por dirigida, assume características de uma mobilização espontânea e circunstancial, assemelhando-se a outros modelos característicos de outras regiões do país. Chama-me a atenção a descrição feita por Otávio Ianni ao tratar da colonização espontânea da região amazônica

Os posseiros estão chegando. No sul do Pará, norte do Goiás e Mato Grosso, no Maranhão, Rondônia, Acre, em muitos lugares os posseiros ocupam as terras do sem fim. Vindos de diferentes lugares, são muitos os trabalhadores rurais que chegam e ocupam terras devolutas, tribais, de latifúndio. Uns vem do nordeste; outros do sul. De todas as regiões do país vêm trabalhadores rurais e seus familiares para a Amazônia. Em muitos casos, chegam antes dos latifundiários, fazendeiros ou empresários, nacionais e estrangeiros. Outras vezes chegam juntos, misturados, todos buscando terra. Uns para plantar casa e roça e fazer criação; outros para formar fazendas de lavoura, gado, ou gado e lavoura; também aqueles que só querem a terra, a propriedade; e, outros que lidam com o comércio da terra: grileiros, jagunços, pistoleiros. Todos são migrantes, uns para fazer negócio, outros por precisão. Os posseiros que são muitos chegam por precisão, às vezes mais às vezes menos, estão sempre chegando, faz tempo, em muitos lugares (IANNI, 1979, p. 11).

Ianni refere-se especificamente a um modelo de colonização espontânea motivada pela ocupação de posseiros e especuladores. Mas os aspectos que pude levantar acerca da colonização na 2ª zona do Núcleo Colonial de Dourados me permitiram identificar semelhanças entre esses dois modelos de colonização que ocorreram em regiões, tempos e modelos oficialmente distintos. Na CAND, nesta segunda etapa de colonização, o rio Dourados tornou-se referência como um divisor entre o plano oficial e a forma concreta em que se deu a ocupação.

É coerente supor que a grande quantidade de trabalhadores rurais que se deslocaram para o sul de Mato Grosso em busca da terra anunciada tenha surpreendido até mesmo o governo central

[...] não me parece que Vargas imaginasse a Marcha para o Oeste como um movimento massivo que ocuparia e desenvolveria metade do país em curto período de tempo, mas sim, como um instrumento capaz de evitar aglomerações de desocupados nos grandes centros urbanos, como também de propiciar trabalho aos flagelados das secas do nordeste (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

Surpresa ou não, o fato é que os migrantes vieram. Aqueles que chegaram por volta de 1953, encontraram toda a região referente à primeira zona da colônia demarcada e ocupada pelos primeiros colonos. A leste de Dourados e da sede da colônia – hoje distrito de Indápolis – a área colonial tinha sido ocupada até à margem esquerda do rio Dourados. Relatos nos dão conta de que, a forte demanda, modificou os planos da administração, foi o que registrou o memorialista José Aduato:

A colonização da segunda zona do Núcleo Colonial de Dourados não estava nos planos da administração, para o ano de 1953, ela ocorreu, mais propriamente, por circunstância. Ocorreu no ano de 1953, fortes geadas em todo sul do país, atingindo de maneira desastrosa os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, sem se falar ainda da seca nordestina que assolava impiedosamente, provocando a retirada dos irmãos nordestinos, que aqui chegavam em *pau de arara*, quase que diariamente, somando cerca de vinte caminhões por mês, trazendo cada um desses caminhões, mais de dez famílias. E o objetivo dessas famílias era receber gratuitamente um lote de terras para trabalhar e ganhar o sustento da família¹⁰.

Dentro de tal contexto, não se pode deixar de constar observações feitas por Lenharo acerca da ineficiência do projeto político de colonização do Estado Novo. O autor faz menção a enormes dificuldades materiais para estruturar as áreas coloniais para receber os colonos (LENHARO, 1986, p. 55). Essa ineficiência apontada por Lenharo dentro de um contexto geral, ficou visível nas áreas da CAND. O ronceirismo configurado no setor administrativo da colônia contribuiu para a necessidade de mudanças substanciais em seus projetos oficiais.

¹⁰ NASCIMENTO, J. A, 1983, p. 5.

Até 1953 a administração havia apenas aberto picadas do lado direito do rio para futuramente dar continuidade aos trabalhos de distribuição dos lotes, mas os colonos tinham pressa. Os migrantes que chegavam e não tinham lotes demarcados, por iniciativa própria, atravessavam o rio em condições precárias e faziam ao seu modo as demarcações, assumindo características semelhantes ao modelo clássico de colonos posseiros.

Os depoimentos constituem um conjunto precioso de fontes que se tem para conhecer a natureza e o significado dessa travessia, que tinha como objetivo a propriedade da terra. Na memória do colono, pode-se interpretar e identificar conceitos referentes à coragem, aventura e sofrimento. São narrativas semelhantes, que ajudam a elucidar a luta de um povo e a construção de um sonho.

Quando nós chegamos na beira do rio tinha ali duas taperazinhas feita de palha cada uma de um lado do rio e dois homens que ficavam cada um numa tapera daquelas. Eles ficavam para atravessar o povo. A gente atravessava num coxo de madeira feito a machado, amarrado por um arame que ia de uma ponta a outra e eles cobravam a base de [...] se fosse nos dias de hoje, uns dois reais. Esses dois era gente que já morava ali na região e encontraram esse meio de ganhar um pouco de dinheiro.

Nós atravessamos o rio e ficamos no mato quatro dias. Do lado direito do rio não tinha nada. Tinha umas sete casinhas construídas pelos engenheiros à média de 10 quilômetros de distância. A partir desse local é que a gente começou a ver os lotes que estavam sendo marcados. Entre Vicentina e Fátima do Sul, quando eu passei não tinha nada marcado. Acho que ali estava reservado para alguma coisa não sei bem para que.

Então a gente foi abrindo picada com a foice. Existia muito cipó e com o cipó, a gente media a distância na largura de um lote e marcava e assim por diante. Passamos a primeira noite, lembro que caía uma chuvinha fina. Tinha outras pessoas que também estavam por ali nesta mesma intenção, mas eles marcaram logo, só passaram uma noite ali, mas no outro dia já voltaram e nós continuamos. Um dos colegas que nós encontramos na cooperativa era bem esperto, ele já tinha instrução de como fazer essas marcações e nós fomos marcando e balizando para não perder.¹¹

Essa travessia do rio e o encontro com a adversidade das suas primeiras iniciativas de luta por seu pedaço de chão é algo que se repete nos depoimentos. Os colonos gostam de recordar sua atitude heróica de enfrentar esse cenário de dificuldades. Além da dificuldade gerada pelas condições naturais, como a travessia do rio e as demarcações ainda por serem feitas, também gostam de destacar a sensação de incerteza, não sabiam o que iam encontrar

¹¹ Lauro Andrade, 2003, p. 3.

pela frente, mas gostam de mostrar o que enfrentaram. A primeira impressão do local não se constituiu em obstáculo:

Em 1950 eu vim olhar esse lugar e gostei, por aqui mesmo não tinha nada, eu conheci o outro lado do rio, vi que era um lugar muito bom. A terra estava lá era só atravessar. Aqui nesse meu lote eu entrei em 53. Eu mesmo marquei, enfrentei dureza aqui, arrisquei minha vida, mas até hoje eu estou aqui [...]. Para conseguir marcar deu muito trabalho. Lá do outro lado do rio eles cortavam e davam o lote, mas do lado de cá, já foi diferente, aqui foi invadido. Um dia o homem dono da terra que eu trabalhava, no Travessão Guilherme, me falou: O senhor está aqui só para trabalhar ou quer morar aqui de vez? Eu disse, eu quero morar e trabalhar. Aí ele falou, logo o governo vai cortar as terras do outro lado rio. Mas acontecia que ele não cortava, acho que o governo estava segurando, ele tinha dado terra para fazendeiro grande por aí, era assim que a gente pensava. Quando um resolveu entrar e marcar um lote aí todo mundo fez a mesma coisa, do dia para noite já tinha era bastante gente. Eu atravessei o rio num coquinho, só cabia dois. O administrador tinha mandado abrir uma picada, então até Vicentina já tinha uma picadinha. Por essa picada a gente foi marcando lotes, era aquele monte de gente, aquela turmona. Quem chegava na frente marcava, e os outros passavam e marcavam mais adiante. Eu passei dias até chegar a minha vez. Atravessei o rio numa terça feira e consegui marcar o meu lote no domingo, lembro que passei uma das noites ali onde hoje é o lote do Juvino. Para marcar o lote que era da gente, a gente descascava um pau colocava o nome, roçava pra quem passasse ali visse que o lote já estava marcado¹².

A ausência da administração colocou o colono na estrada, ou na carreteira, participando mais diretamente da aquisição de sua terra do que puderam supor. Em relação aos primeiros que chegaram, esses colonos *retardatários* encontraram desafios a mais a serem superados. O colaborador acima citado afirma: *a terra estava lá, era só atravessar*, mas a própria seqüência de suas palavras, sugere que foi preciso muito mais que isso, o rio Dourados não se constituía no único obstáculo a ser superado. A realidade encontrada pelos colonos distanciava-se deveras daquilo que tinham ouvido contar por parte de amigos, conhecidos e parentes que anos antes, já haviam se instalado na região. Passado o tempo, analisa o mesmo colono:

se a gente pensar do jeito certo a gente vai ver que a terra não foi de graça não [...] custou suor, medo que aqui a gente passou bastante, e no começo, sem nem saber se ia ganhar a terra de verdade [...] fome até. Às vezes a

¹² Osvaldo nascimento, 2003, f. 3.

gente só tinha mandioca pra comer. Se tinha um arroz, a gente deixava para os meninos mais novos [...] tempo difícil minha filha¹³.

Depoimentos como este do seu Osvaldo e de outros colonos deixam transparecer uma história onde a *luta pela terra* constituiu-se em sua característica mais marcante. A ineficiência administrativa da colônia não condicionou apenas a atitude espontânea de demarcação alheatória das propriedades, mas também condicionou uma situação litigiosa envolvendo os colonos que se aventuravam a fazer suas demarcações. Não havia nada em definitivo ou estabelecido por uma ordem maior. Após serem feitas as demarcações, muitas vezes “medidas a cipó”, o que determinava a posse era a inscrição do nome do então *proprietário* numa árvore.

A instabilidade gerou grandes conflitos e, muitos daqueles que marcaram seus lotes, jamais tomaram posse, pelo menos não na área que havia sido demarcada. Enquanto aquele que havia feito a demarcação tomava as providências para, de fato, se estabelecer na propriedade era comum acontecer a invasão de suas terras por outros posseiros. Muitos dos migrantes que estavam preiteando a sua propriedade não tinham as devidas condições de se estabelecerem imediatamente na terra. Como relata o senhor Dirceu Brito que chegou à região em 1954:

Teve muitos conflitos de terra, tinha colono que abria o lote, e ia buscar a família em São Paulo, quando chegava, já tinha uma outra família dentro do lote, aí as autoridades naquela época era pouca (sic), aí o colono resolvia ali mesmo, houve muitas mortes¹⁴.

Os depoimentos de vários colaboradores se complementam. O senhor Dirceu Brito, relata elementos de uma história que ele presenciou e ouviu contar, mas é um dado que se confirma na memória de outros colonos como de Osvaldo Nascimento e Lauro Soares de Andrade. O diálogo entre esses depoimentos permite perceber que a luta pela terra e o litígio foram elementos que permearam o contexto de ocupação da 2ª zona da colônia. A ineficiência da administração da colônia gerou as invasões e, conseqüentemente, os litígios.

¹³ Idem, f. 4.

¹⁴ Dirceu Brito, 1988. Entrevista realizada pela professora Miriam Terezinha Dal Sochio. O material encontra-se sob sua guarda.

Esses dois aspectos deram à CAND, que era uma colônia dirigida, aspecto de colonização espontânea.

A espontaneidade dos colonos ou a sua própria condição passou a interferir sobremaneira nos rumos da colonização. A administração teve que se adequar às práticas de ocupação adotadas pelos migrantes. É possível identificar na própria história da formação dos centros urbanos nessa área da CAND, alguns sinais mais visíveis dessa necessidade de adequação.

Os escritos sobre a memória local da colonização revelam que constava nos planejamentos da CAND a formação de uma cidade numa localidade bastante próxima onde hoje se situa o município de Glória de Dourados. No local funcionaria um escritório para resolver as questões burocráticas referentes à área colonial extensiva à margem direita do rio Dourados. Segundo Alexandrino Ferreira (memorialista), o governo visava a criação de um centro urbano que intermediasse a distância entre Dourados e Nova Andradina, as duas comarcas até então (FERREIRA, 1982, p. 14).

Os passos dados pelos colonos no processo de demarcação espontânea impuseram o ritmo das mudanças nos planos da administração da colônia. Enquanto a planejada cidade central não passava de projeto, a necessidade de um local para organizar as demarcações se tornava mais evidente devido ao crescimento das ocupações e os problemas por elas gerados. Criou-se, portanto, um escritório administrativo onde hoje está a cidade de Vicentina. Anteriormente todo o trabalho de administração estava concentrado na sede da Colônia, em Indápolis, mas a expansão do núcleo colonial e a distância passou a dificultar o trabalho.

O escritório era então a Sub-Sede da CAND. Os colonos que aguardavam novas demarcações ou a regularização de sua demarcação passaram a se estabelecer nas imediações do escritório formando assim um pequeno povoado que deu origem a Vicentina, pois a Sub-Sede tornou-se referência e ofereceu condições inclusive para abrigar o primeiro padre na região.

Fátima do Sul também teve a sua origem em condições alheias aos projetos oficiais, e nesse caso a participação dos colonos não foi apenas circunstancial como em Vicentina, mas ocorreu dentro de um processo que pode ser entendido como uma “atitude subversiva”

dos colonos. Se Glória de Dourados era um projeto da administração, a então Vila Brasil, ou Porto Ubatuba – como inicialmente também fora chamada – era um projeto dos colonos. Diante da negação por parte da administração, mobilizaram-se para formar a cidade por meio de invasão e demarcação de lotes para construção de casas e estabelecimentos comerciais. O fato foi assim contado por José Aduino do Nascimento:

Mesmo os primeiros colonos, deixando o povoado da barranca do rio, para irem habitar seus próprios lotes, o povoado não parava de crescer, de modo que aquela área onde se estabeleceram inicialmente, já não era mais suficiente para abrigar tanta gente, foi então que à 9 de julho de 1954, de três para quatro horas da manhã, quatrocentos e cinquenta homens aproximadamente, resolveram, contra a vontade da administração do núcleo colonial, invadirem a margem direita do Rio Dourados, e em cima de algumas marcações de lotes rurais, cortavam datas por conta própria e doaram para aqueles que se dispuseram, a construir sua casa em noventa dias¹⁵.

A administração teria ainda reagido contra a invasão, mas os colonos insistiram. Dirceu Vieira Brito conta que a área ocupada pelos colonos pertencia ao engenheiro do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Paulo Ubatuba. Sucessivas tentativas de conter a invasão foram feitas, no entanto a resistência da população¹⁶ convenceu a administração do núcleo a demarcar uma área para a formação do centro urbano. Segundo Aduino Nascimento, a referida demarcação abrangia uma área correspondente a quatro lotes. Em curto espaço de tempo o centro urbano aumentou, pois alguns colonos que tinham suas propriedades rurais vizinhas ao local contrariavam mais uma vez determinações da administração e fracionaram suas propriedades. O acontecimento é lembrado como algo pitoresco. Do ponto de vista político ganhou bastante importância, até mesmo o aniversário da cidade é comemorado na data da invasão e não pela emancipação, como é de costume.

Lenharo esclarece que, de maneira geral, existiu uma preocupação em criar áreas urbanísticas onde se situavam os núcleos coloniais agrícolas. Nesses núcleos eram aguardadas belas cidades num espaço de 10 a 15 anos. As cidades planejadas teriam garantidas estruturas e benfeitorias como hospitais e escolas (LENHARO, 1986, p. 48).

¹⁵ NASCIMENTO, 1983, p. 9.

¹⁶ Foram encontrados documentos referentes à solicitação de lote residencial em Vila Brasil. No documento está expresso que o colono se compromete a construir residência de acordo com instruções emanadas pela administração. Arquivo Histórico de Campo Grande, MS, Cx. 27.

As pequenas cidades que se formaram na segunda zona do Núcleo Colonial de Dourados, destacando aqui Fátima do Sul, Vicentina e Glória de Dourados representam exceções dentro destes aspectos gerais analisados por Lenharo, pois não derivaram da preocupação dos administradores da CAND, mas sim, dos próprios colonos. Glória de Dourados, inicialmente planejada, teve também sua formação efetiva condicionada pela invasão dos colonos, pois, até 1956, a Vila Brasil já havia sido formada e a então planejada *capital da colônia* (Vila Glória) não passava de um projeto, fato que incomodava e preocupava os colonos. Um deles, Alexandrino Ferreira que escreveu sobre o nascimento de sua cidade, não poupou o entusiasmo natural que identifica o discurso de um memorialista:

A essa altura em Vila Brasil, havia adiantado comércio, e tudo que se precisava vender ou comprar, seria lá. Porém isso não poderia continuar por mais tempo. Era demais. Mais uma vez foi posta à prova dessa gente destemida, esse povo heróico, que sabe sacrificar-se em defesa de sua família, e sabe também, com orgulho, honrar os heróis da nossa história, como a bravura de Caxias, que na guerra do Paraguai, quando estava em perigo o nosso exército, a dignidade e soberania das nossas forças armadas, e talvez um colapso total, com a possível capitulação, o bravo General desembainhando a espada disse: *Quem for brasileiro siga-me*. Foi o que fizeram. [...]. No dia 20 de maio de 1956, domingo, às 8:00 h., como uma avalanche pacífica, destemida e persistente; considerando o quanto já haviam sofrido, e o quanto ainda poderiam sofrer se a situação perdurasse como estava; resolveram por em prática o 2º e audacioso plano: mais ou menos 300 colonos se aproximaram da área *proibida*, com o objetivo de começar a fundação de tão necessária cidade.¹⁷

A luta dos colonos para formarem as cidades somou-se à luta pela terra e permitiu constatar que a adaptação desses colonos ao lugar que tinham chegado alcançava índices consideráveis. Os migrantes não esperavam as coisas acontecerem, transformaram a lentidão administrativa no seu espaço de atuação. A terra estava do outro lado do rio, ocuparam-na e puderam consolidar projetos considerados necessários para sua permanência nessas terras. Mesmo que a memória hoje manifestada na fala dos colonos (por meio dos depoimentos ou dos escritos) esteja revestida de um espírito de heroísmo, de certa forma revela a concretização de projetos pensados por aquelas comunidades nascentes. Os centros

¹⁷ LIMA, 1982, p. 15.

urbanos representavam maior comodidade para uma vida sofrida que se iniciava após terem a posse da terra.

Tem sido interessante tratar do contexto da colonização contemporânea exatamente pela oportunidade que se tem de dialogar com os protagonistas desta história, aqueles que de migrantes passaram a receber o título de colonos. Nessa condição, construíram uma história que, na tradução de suas memórias, contempla dificuldades e conquistas. José de Souza Martins levanta um aspecto importante sobre a condição do migrante ressaltando que o migrante

ainda que em condições de afastamento de sua sociedade de origem, tem interiorizado os valores culturais desta sociedade, e são esses valores que serão, em graus variados, cultivados e manifestados quando estiverem em outro meio social.¹⁸

A colonização propiciou a constituição de um novo meio social, onde certamente valores culturais foram cultivados e as experiências adquiridas na vida que deixavam para traz serviu para administrar as situações adversas encontradas na Colônia. As adversidades para os colonos da 2ª. zona da CAND tiveram início a partir da travessia do rio, quando invadiram, tomaram posse das terras e depois, com intenso trabalho, superaram as primeiras dificuldades existentes.

As dificuldades de que falam os colonos abrangem os mais variados aspectos como estrutura arquitetônica, transportes, saneamento, atendimento à saúde, segurança, educação, enfim, todo um conjunto de requisitos básicos para se ter condições viáveis ao estabelecimento. As dificuldades aparecem em muitos depoimentos, e, aliado a elas, as estratégias ou saídas encontradas para minimizá-las.

Meu Deus do céu se eu te falar que não tinha condução, não tinha trator, os carro que tinha era pouco, e não tinha estrada né. Era um sofrimento (...). Lá no Panambí morava muita gente, mais sem terra, junto com os outros. E nós fazia essa linhazinha pra cá. E cada um trazia pra cá, veja só: um trazia muda de banana, outro trazia um pedaço de mandioca picado pra planta. Trazia tudo o que é coisa que produzia, pra cá não tinha nada. Então com muito sacrifício nós cruzava o rio aqui. Eles tiravam aqueles produtos que levava e jogava nas costas, andava mais uns 10 km, ou mais, sem estrada, naquelas picadas que eles faziam. E era no meio do pernilongo, no meio da maleita, no meio de tudo que é coisa ruim que

¹⁸ MARTINS, José de Souza, 1973, p. 19.

tinha lá. E quando se machucava se cortava não tinha assistência. Assistência que tinha era muito pouca, tinha um hospitalzinho, quem podia ia lá e se tratava. Sei que era muito sacrificado, porque não tinha ajuda. Não tinha nada que fornecesse comida, que nem faz hoje, que dão para esse povo sem terra. Eu sei que aqui foi muito difícil, barbaridade¹⁹.

Essas dificuldades colocadas no depoimento eram possivelmente aguardadas já que se tratava de uma área a ser aberta mediante a colonização, mas em meio às várias referências, aos desafios vividos pelos colonos, chama a atenção uma situação particular à história de Fátima do Sul. Em 1954 em virtude de um longo período de estiagem, alguns colonos migraram temporariamente para outras regiões em busca de trabalho, pois o que plantaram na colônia tinha se perdido. O poeta Antônio José de Araújo colocou em versos suas lembranças sobre esse período.

Naquele ano minha gente,
Houve seca aqui no sertão,
Os homens iam trabalhar longe
A fim de ganhar o pão,
Muitos foram assassinados
Ao acertar com o patrão.

Ficavam só as mulheres
Sem homens na companhia
Muitos morreram de febre
E de grande epidemia
Outros caíam de fraqueza
Da fome que tanto sentia

Naquele tempo muita gente
Seus dias foram encerrados,
Ficavam somente quase as mulheres,
Por elas os homens eram enterrados,
Fizeram então ali um cemitério
Na margem do Rio Dourados²⁰.

José Aduino Nascimento, também faz referência a este período, acrescentando que muitos colonos não retornaram para suas propriedades²¹. Certamente o curto tempo de trabalho na colônia e a falta de estrutura, principalmente financeira dos trabalhadores,

¹⁹ José Serafim, 1997. A entrevista foi produzida por Mirian Terezinha Dal Sochio. A documentação encontra-se sob seus cuidados.

²⁰ ARAÚJO, José, 1972, p. 5.

²¹ Sobre a referida estiagem também há menção nos escritos do Livro Tombo, p. 47, da Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Fátima do Sul, MS.

agravaram as conseqüências da seca. De repente a terra da esperança para tantos migrantes passou a representar a continuidade de problemas já enfrentados anteriormente, pois muitos dos colonos nordestinos eram refugiados da seca do nordeste.

Quanto à economia, verifica-se que a agricultura de subsistência foi, nos primeiros anos de formação da Colônia, a atividade predominante. Fácil compreender tal aspecto se levarmos em consideração que os colonos eram trabalhadores rurais que, em geral dispunham de poucos recursos para se pensar, tão logo, num projeto maior de trabalho na agricultura. Além da agricultura, vale ressaltar que ao mesmo tempo em que se davam as ocupações das terras, nos povoados já se iniciava um rude comércio. Tratando especificamente de Fátima do Sul detalha a professora Cláudia Capilé:

no descanso das picadas, o trabalho de edificação dos ranchos de pau a pique cobertos de sapé e tabuinhas. Muitos deles dormitórios à noite, armazéns, lojas e farmácias durante o dia. Até uma pequena pensão, de propriedade do seu Gaudêncio, já havia para abrigar os viajantes (CAPILÉ, 1999, p. 14).

O abastecimento de produtos de primeira necessidade também é apontado como um dos problemas enfrentados. Com a formação das pequenas vilas como Vila Brasil, Vicentina, Culturama, Vila Rica e São José e outras, esse problema foi aos poucos sendo resolvido. Mas a lembrança desse tempo inspira o espírito poético do colono. José de Araújo expõe em seu poema a dureza dos tempos em que os produtos que abasteciam a região da colônia eram buscados na Vila São Pedro, local onde havia uma cooperativa, a 30 km de Fátima do Sul. Para as condições de acesso da época, era uma distância significativa.

O nosso próximo patrimônio
Era a Cooperativa,
Os colonos para fazerem compras,
Formavam uma comitiva,
É evidente que era difícil
Aquela iniciativa²².

À formação da *comitiva* para buscar os produtos de primeira necessidade, somava-se a rotina de trabalho que permeava o cotidiano na Colônia. Quando os colonos adentravam a área de que tomavam posse tratavam de providenciar imediatamente a construção de um rancho para morar o qual costumava ser bastante simples. O cultivo da

²² Idem, p. 2.

terra acontecia aos poucos, pois era necessário derrubar o mato para iniciar a plantação, eram as primeiras experiências na condição de colono.

Depois dessa luta toda, pra poder dizer *essa terra é minha*, foi que eu pude construir o meu rancho, e era rancho mesmo viu? Você pode olhar bem para essa casa aqui, perto do que eu fiz naquele tempo, essa é um palácio. Tudo naquele tempo era muito diferente, você me vê contando essas coisas hoje e nem imagina como era, a sorte é que a mulher não tinha boca pra nada, onde eu levava ela ia comigo, e também trabalhava muito, além de cuidar da casa e dos meninos. Por que a gente tinha pego a terra pra produzir mas para produzir dava muito trabalho, tinha primeiro que fazer a derrubada, mas ninguém tinha maquinário, era no machado e na foice e depois a gente tocava fogo. Era até engraçado, tinha época que pra todo lugar que a gente olhava só via fumaça e fogo²³.

A “derrubada”, como denominava o processo de preparar o espaço para o plantio, que incluía em primeiro lugar, a retirada de parte das árvores, as “madeiras de lei” para a venda às serrarias da região; em seguida, roçavam as pequenas árvores e os arbustos internos. Após a secagem das plantas cortadas ateavam o fogo. Após a queimada, era só plantar.²⁴ levava tempo até mesmo anos, variando, evidentemente de uma propriedade para outra. As terras, principalmente nos primeiros anos de produção eram muito férteis. Segundo Eutácio Caetano Brás, os colonos que cultivavam as terras, nos primeiros anos, ficavam encantados com os resultados. A fartura da produção confrontava-se com sérios problemas de transporte, pois não havia como escoá-la. Até 1956, quando muitos colonos já moravam no local, a pelo menos três anos, a travessia do rio ainda acontecia de forma precária. O que havia melhorado em relação aos tempos das primeiras travessias tinha sido a instalação de uma balsa, já que no princípio fazia-se numa espécie de cocho amarrado por arames ou em rudes canoas. Só em 1956, após um incidente onde morreram várias pessoas, algumas lideranças se mobilizaram e conseguiram construir a primeira ponte de madeira. Sem condições para escoar a produção, conta seu Eutácio, que chegou a jogar fora muitas sacas de feijão.

Com aquela dificuldade toda para transportar a lavoura os compradores nem queriam saber. A gente era os últimos que tinha chegado, do rio pra lá todo mundo já plantava e colhia há bastante tempo, eles compravam a produção deles, porque parece que não, mas atravessar aquele rio naquela

²³ Osvaldo Nascimento, 2003, f. 6.

²⁴ Para derrubar as grandes árvores eram usados o machado e o traçador (uma espécie de grande serrote, com cabos nos dois extremos). Era manejado por duas pessoas. Para o serviço de roçagem era usada a foice.

balsa era um perigo. Teve ano que eu tive que jogar bastante sacos de feijão fora, aproveitei um pouco para semente e outro para o sustento, o resto eu podia vender, mas pra quem? O jeito foi jogar fora. As coisas só vieram melhorar depois que o pessoal arrochou mesmo e construíram aquela ponte²⁵.

As dificuldades geraram a solidariedade. Os colonos, de maneira geral, lidavam com os mesmos problemas. Enquanto o colono contava a sua história, ele fazia a todo tempo referências a vizinhos, pessoas que poderiam confirmar suas afirmações. Além da necessidade de reafirmar as histórias parece que queria mostrar que não estava sozinho. Acaba demonstrando certa consciência de que havia participado de uma conjuntura histórica singular e muito importante.

Esse lugar teve muita briga por causa dessas terras mais tinha muita gente de paz, a maioria era de paz, gente lutadora e todo mundo se ajudava. Pra construir um rancho ajuntava aquela turma, num outro dia já era o rancho de outro que a gente ia levantar. No começo, mas bem no comecinho, ninguém era empregado de ninguém a gente trocava serviço, também se fosse pagar quem é que tinha dinheiro? Sabe aquele caso que uma mão lava a outra? Aqui foi bem assim²⁶.

Como a atuação da administração da colônia havia de fato se caracterizada pela morosidade, algumas providências de ordem estrutural necessárias à vida na colônia eram feitas pelos próprios colonos. Um exemplo disso foi a abertura das estradas, em grande parte por iniciativa dos agricultores. Osvaldo nascimento explicou que as picadas abertas durante as demarcações eram insuficientes, pois após o estabelecimento dos mesmos em suas propriedades precisavam de estradas com melhores condições de tráfego. Diante da falta de iniciativa da administração os próprios colonos faziam mutirões, geralmente aos domingos, para abrirem as estradas derrubando e queimando a vegetação.

Nos primeiros anos, o trabalho na lavoura era realizado de forma muito simples. A plantação restringia-se a produtos considerados de subsistência como feijão, milho, mandioca, amendoim e arroz. A técnica utilizada no plantio e colheita não exigia maquinação de alto custo, predominavam o trabalho braçal e a mão-de-obra familiar. Não havia financiamento por bancos ou cooperativas, os agricultores aplicavam recursos próprios sem grandes investimentos. Arcaico? Descompensador? Meu colaborador,

²⁵ Eutácio Brás, 2006, p. 6.

²⁶ Osvaldo Nascimento, 2003, p.7.

demonstrando uma visão bastante singular sobre esse aspecto, acaba pontuando a negatividade da mecanização da lavoura que chegou à região, de forma intensiva, duas décadas após o início da colonização, um progresso que expulsou muitos agricultores de suas propriedades.

Trabalhar na roça não era tão difícil, hoje o trabalho na roça é um sacrifício, parece que essas coisas que vieram para melhorar pioraram a situação, o que eu estou vendo por aí é todo mundo devendo para os bancos. Quando a gente chegou o mais difícil era fazer a derrubada e a destoca, para plantar a gente se virava, a gente plantava pro sustento e dali o que dava a mais, e sempre dava, era lucro. Naquele tempo quem tinha um animal era rico, era o que tinha de mais avançado para trabalhar, tudo era feito no braço e a terra produzia que era um colosso. A gente plantava as coisas mais simples milho feijão e a mandioquinha não faltavam e assim a gente ia vivendo. A vida de colono era difícil, mas ninguém achava que tava chegando no céu o negócio era trabalhar, hoje a gente olha e vê o resultado²⁷.

A sociedade que se formou nas áreas da colônia, também contou com a presença de pioneiros que não foram agricultores ou, que pelo menos, não se dedicaram apenas à agricultura, mas também a outras atividades como ao comércio e mais tarde às pequenas indústrias como serrarias e olarias.

Os lotes próximos aos pequenos povoados que se formavam foram num curto espaço de tempo sendo cortados, e vendidos como datas. Nestas datas eram construídas as casas, ainda de pau-a-pique, inclusive os estabelecimentos comerciais. Astrogildo Leal, um dos pioneiros, informou que muitos comerciantes eram colonos que vieram com o intuito de trabalhar com a terra, mas enxergando a possibilidade de atuar no comércio passavam a exercer essa atividade. Já outros – lembra o pioneiro – eram de outras localidades que percebendo o grande número de colonos estabelecidos na área, apostaram num possível crescimento da cidade e investiram no ramo comercial.

De forma curiosa os colonos foram muito ativos no sentido de encontrar meios para burlar ordens e condições estabelecidas pelo núcleo colonial. Analisando as regras prescritas em decretos que formalizavam a CAND, verifica-se, por exemplo, que os lotes doados não podiam ser vendidos ou transferidos a outros, no entanto, teoria e prática

²⁷ Eutácio Brás, 2006, f. 6.

estiveram, neste caso, bem distantes. Vender os lotes e fazer crescer o comércio e a cidade não foi grande problema para os pioneiros, como esclarece Ponciano:

Mas se este era o problema para comprar e vender lotes urbanos em Vila Brasil, uma solução foi encontrada pelos sitiantes: os contratos particulares de compromisso. Estes funcionavam como documento de compra e venda, ficando convencido de que o primeiro proprietário, ao conseguir, o título definitivo da terra, o passaria ao comprador. Assim, a compra e venda de datas foram uma constante naquele período, ainda mais considerando que a vila não parava de crescer e, juntamente com ela o comércio²⁸.

A lentidão da administração do Núcleo Colonial não se transferiu para o cotidiano na Colônia. Colonos e pioneiros apressaram-se para tornar agradável o espaço que haviam escolhido para viver, com pelo menos as estruturas mínimas de bem-estar dentro dos padrões da época. Tais estruturas são pensadas aqui em sentido genérico envolvendo condições de trabalho e moradia, saúde, educação, transporte e até mesmo a religião. Cada um desses fatores teve destacada participação da população: tanto daqueles que estiveram mais ligados ao trabalho agrícola, quanto dos que se voltaram às atividades urbanas. É notório que a cooperação e a criatividade caracterizaram sobremaneira o cotidiano na colônia.

A professora Cláudia Capilé²⁹ cita brevemente em seu trabalho, que a Vila Brasil teve como grande marco o trabalho em mutirões, e exemplifica citando a ponte de madeira e a primeira Igreja matriz. O trabalho que os colonos passaram a desenvolver coletivamente provavelmente representou uma adaptação às relações sociais de adoção que se constituía numa transformação e construção de um espaço social.

²⁸ PONCIANO, Nilton, 2002, p. 147.

²⁹ CAPILÉ Cláudia, 1999, p. 17-18.

CAPÍTULO II

A IGREJA, A CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL E A COLONIZAÇÃO (1940-1960)

O espaço ocupado pela Igreja católica, no contexto que envolve a colonização contemporânea no Sul de Mato Grosso, compreende uma das principais questões que norteiam a produção desse trabalho. Para tanto, é importante apresentar algumas constatações que situam o catolicismo frente à ordem política nacional no período da colonização enfocando, principalmente, sua relação com o poder político central.

Numa breve análise da história do catolicismo no Brasil, pode-se entender que a Igreja alternou momentos de maior e menor proximidade com o poder constituído. Durante o império, quando vigorava o padroado, regime que estabelecia uma interdependência entre Estado Igreja, tal proximidade tinha caráter oficial e transparente. Com o fim do padroado, após a instauração da República, a relação entre as duas instituições passa a decorrer de questões circunstanciais envolvendo interesses diversos que repercutiam em seus respectivos espaços de poder.

A colonização contemporânea está inserida, pelo menos no que diz respeito à sua implantação, no contexto da Nova República ou, o Estado Novo de Getúlio Vargas. Nesse período a sociedade passava por algumas transformações como a participação maior da burguesia emergente. Identifica-se, nessa conjuntura, uma reaproximação significativa entre a Igreja e o Estado, que na concepção de Luiz Gonzaga Lima³⁰, implicava no “resgate de características do catolicismo oficial”. O mesmo autor acrescenta que essa aproximação resultou visivelmente no crescimento de obras da Igreja em vários setores, principalmente da educação.

O historiador Damião Farias ao estudar as relações de poder entre a Igreja e o governo Vargas, especificamente em São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940, aponta aspectos importantes que possibilitam compreender a conveniência circunstancial que motivava a aproximação, principalmente ideológica, das duas instâncias de poder. O autor

³⁰ LIMA, Luiz Gonzaga, 1979, p.20.

faz a seguinte interpretação acerca das relações de poder articuladas entre os políticos e eclesiásticos:

Neste sentido são impensáveis as práticas religiosas desligadas das relações de poder que se estruturam em uma determinada sociedade, o que não significa que tais práticas sejam meramente reflexos destas estruturas, pois, na medida em que se dá a racionalização e sistematização das práticas religiosas, há também uma progressiva autonomização do campo religioso, expressando os interesses daqueles que são responsáveis pela produção e reprodução deste campo [...]³¹.

O crescimento do movimento operário e a eminência da revolução levaram o poder eclesiástico e o Estado a se articularem com vistas à promoção da ordem. A Igreja foi conclamada a exercer a tarefa de controle social e, valeu-se da oportunidade para demonstrar sua força frente às massas. Segundo ainda as constatações do mesmo autor, a criação dos Círculos Operários é a melhor tradução do empenho do catolicismo em corroborar com a manutenção da ordem proposta pelo governo em favor das classes dominantes.

Os círculos atuaram junto à classe operária paulistana a partir dos princípios defendidos nas Encíclicas Sociais: *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, ou seja: o combate ao comunismo e a defesa da colaboração de classes, do Estado, da propriedade privada e da supremacia da Igreja sobre os demais poderes³².

As encíclicas mencionadas pelo autor demonstram que as articulações entre os dois poderes tiveram oscilações em relação à intensidade e formas de manifestação. A primeira, por exemplo, a *Rerum Novarum*, declara apoio a movimentos operários oriundos da própria Igreja. Já a segunda, a *Quadragesimo Anno*, trouxe certo recuo a esta questão, aspecto entendido por Farias como conseqüência do fortalecimento do Estado italiano (bastante próximo do poder central católico) por meio da experiência fascista.

A intensidade relativa, no entanto, não significou separação de interesses. A convergência permeou significativamente essas relações. Mesmo quando a pactuação não se fazia expressa oficialmente, os discursos apontavam para as intenções de aliança. O Estado inclusive procurava legitimar suas ações utilizando-se de discursos que visavam fazer entender que suas ações vinham de encontro à doutrina católica em relação à política

³¹ FARIAS, Damião Duque, 1997, p. 142.

³² Idem, p. 260.

social. A Igreja por outro lado, através de panfletos emitidos pelos Círculos Operários e artigos publicados em periódicos como o *Jornal Operário*, reforçava a importância do sindicalismo católico e pregava a colaboração entre classes, ao mesmo tempo, combatia os sindicatos socialistas e comunistas, o que representava grande apoio para a causa elitista.

Na década de 1960, reincide no Brasil um novo momento de autoritarismo governamental. Nesta fase da história brasileira também se pode constatar os sinais da postura conservadora da Igreja em relação ao poder autoritário constituído. Após ter passado pela euforia progressista (consequência de uma conjuntura internacional desencadeada pelo Concílio Vaticano II) o catolicismo embalado pela repressão, característica do regime militar, vivencia um retrocesso no processo de reorientação institucional que iniciara.

O pensamento social católico chegou a provocar uma situação conflituosa entre a Igreja e o Estado, mas a ideologia cristã católica não era homogênea e forças conservadoras manifestavam apoio ao Estado autoritário, portanto, a divergência não se constituiu em elemento preponderante. As semelhanças em seus objetivos e ideologias mantinham vivos os laços da tradicional aliança. Sobre esse aspecto esclarece Márcio Alves:

As suas ideologias aproximavam-se através do anticomunismo, da recusa de qualquer experiência socialista e da pregação da harmonia entre as classes sociais como sendo uma meta desejável para a sociedade. Em resumo os interesses de ambas as hierarquias em alargar as suas respectivas áreas de influência, embora defendendo independentemente uma da outra, não parecia irreconciliável (ALVES, 1979, p. 201, 202).

As manifestações de cordialidade partiam de ambas os setores: “o esforço diplomático chega ao ridículo, quando foram publicadas as encíclicas *Populorum Progressio* e *Humanae Vitae*, o ditador brasileiro telegrafou ao Vaticano para declarar serem os princípios destes documentos exatamente aqueles que norteavam o seu regime” (Idem, 202).

Por parte da Igreja, uma das manifestações mais claras foi a carta pastoral intitulada “Declaração da CNBB sobre a situação Nacional.” A carta foi elaborada em 1964, com o discurso de apoio à posição do governo militar de repressão aos comunistas, sob argumentação de que “como cristãos devemos zelar pela tranquilidade da pátria.” Na

mesma ocasião, nega a influência da Ação Católica Brasileira em atos comunistas e coloca-se à disposição do Estado para colaborar com o bem comum e os interesses da nação

Nos dois contextos apresentados a articulação entre os poderes, político e religioso mostrou-se predominante com oscilações apenas em relação à intensidade e clareza nas formas de manifestação. Em relação à colonização contemporânea, as análises recaem para um espaço regional, mas nem por isso dissociado do contexto nacional. Partindo deste princípio, serão levados em consideração, aspectos gerais, tanto para lidar com questões que envolvem o projeto colonial, como a relação entre a Igreja e o Estado caracterizada nesse período e contexto.

2. A inserção das missões católicas em Mato Grosso

As tradicionais missões, ao longo da história da Igreja católica, têm sido um mecanismo para a expansão de suas ações, garantido assim, influência significativa nos mais diversos meios sociais e contextos históricos em que atuou. O Frei Venâncio Wilek, na introdução de sua obra *Missões franciscanas no Brasil*, faz a seguinte afirmação:

A obra missionária representa o último desejo de Cristo aos seus apóstolos: ide e pregai ao mundo inteiro e pregai ao mundo inteiro e pregai a toda criatura, ocupando lugar de destaque no apostolado da Igreja³³.

Pode-se tomar a citação acima como uma manifestação da representação da própria Igreja católica sobre suas obras missionárias. Salientamos, no entanto, que os projetos e práticas de âmbito missionário não surgem isoladamente, sempre há um vínculo em relação à conjuntura social, política e econômica. A História nos mostra inúmeros desses exemplos.

No século XIX, os missionários capuchinhos vindos da Itália estabeleceram-se na província de Mato Grosso. Vieram a convite do governo imperial e sua presença estava ligada a questões políticas, pois, a catequese indígena foi considerada pelo governo provincial, um recurso para resolver alguns de seus problemas, dentre eles, a segurança da região de fronteira.

³³ WILLKE, Venâncio, 1974, p. 14.

Assim os problemas apontados só seriam resolvidos através de ação objetiva da “bondade do pessoal” empregado na catequese. Seu projeto tinha como ponto central uma petição, ao governo imperial, da remessa de gente competente e acostumada no manejo das populações indígenas, ou seja, de gente experiente como os jesuítas espanhóis. Desprezando a legislação, acentuou sua crença na catequese religiosa (VASCONCELOS, 1999, p. 74,75).

Numa conjuntura mais recente, como na do período em estudo, a Igreja conserva a tradição aproximando seus projetos aos projetos oficiais do Estado, fato que se constata, por exemplo, ao observar as circunstâncias e características dos trabalhos desempenhados pela Igreja a partir da intensificação da ocupação das áreas coloniais da região da Grande Dourados. A questão da expansão econômica em território nacional foi um dos fatores que norteou o projeto do governo federal, de colonizar o Centro Oeste. Para a Igreja católica, representada por algumas ordens religiosas, o mesmo espaço representou uma área propícia à expansão de seus trabalhos. Foi o caso das ordens dos padres franciscanos, palotinos e salesianos, segmentos clericais que se estabeleceram na região da Grande Dourados, nas décadas de 1940 e 1950.

No período anterior à chegada desses missionários, a organização dos trabalhos da Igreja católica na região ainda era bastante limitada. Toda a região Sul do Estado contava apenas com quatro paróquias, atendidas pela diocese de Corumbá. A população católica encontrava-se dispersa, haja vista, que cada paróquia correspondia a uma área de até 20 mil Km², sendo que boa parte da população atendida por essas paróquias residia em área rural.

Segundo Marin³⁴, para D. Orlando Chaves, bispo que assumiu os trabalhos da diocese de Corumbá a partir de 1948, a densidade demográfica acelerada com as migrações motivadas pela colonização, representava a possibilidade de fortalecer o catolicismo através de uma reestruturação de suas bases. Na concepção do bispo, o contexto favorecia a prosperidade econômica e social e o florescimento de vocações religiosas.

Havia todo um clima de otimismo por parte dos que dirigiam a Igreja Católica, no entanto, tal otimismo não era exclusividade da instituição. Aliás, conforme sugere estudos já realizados, a iniciativa católica de dimensionar seus trabalhos, também esteve relacionado à disputa por influência, haja vista que outros seguimentos religiosos já vinham

³⁴ MARIN, Jerri, 2000, p. 618.

desempenhando um papel de destaque no atendimento espiritual e social da população local.

[...] Essa pretensão estava presente nas ações dos presbiterianos, dos adventistas, dos batistas, dos assembleianos, dos espíritas e até dos maçons, inclusive com a utilização de estratégias similares. Todos se propunham a criar, a princípio, um espaço para reuniões e uma escola primária. Os comportamentos e atitudes devem ser entendidos no âmbito abrangente da necessidade de integrar a região ao todo nacional e à disputa religiosa (AMARAL, 2005, p. 64).

A partir da década de 1920 a atuação protestante já ganhava destaque na sociedade douradense. A criação da *Associação Evangélica de Catequese dos Índios* é um exemplo de uma marcante ação evangélica, pois reunia pelo menos três segmentos protestantes: a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Metodista e a Episcopal. Trabalhavam na Reserva Indígena de Dourados que havia sido criada em 1917, pelo Serviço de Proteção ao Índio. As obras sociais consistiam em escola, orfanato e atendimento médico-hospitalar. A influência protestante toma dimensões mais amplas quando passam a investir em obras sociais destinadas, à população não índia. Em 1939 foi criada a escola Erasmo Braga e, em 1946 era inaugurado o Hospital Evangélico.

Conforme as áreas da Colônia iam sendo ocupadas por migrantes, as Igrejas evangélicas também tratavam de expandir seus trabalhos com construções de igrejas nas linhas e distritos que então eram formados. Portanto, além do otimismo, ao qual me referia anteriormente, a disputa pelos adeptos da fé e, conseqüentemente, pelo prestígio e influência na sociedade local, permeou fortemente as ações tomadas pela Igreja Católica dentro do contexto da colonização.

A partir de meados da década de 1940, são notáveis os esforços por parte da Igreja Católica para melhor estruturar seus trabalhos na região de Dourados. A estruturação de seus trabalhos dependia, em grande parte, de um número maior de padres. O espaço físico também era uma preocupação. No demonstrativo de despesas da paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, referentes ao ano de 1945, apresentados à diocese de Corumbá, estão registrados valores empregados em obras de edificação de capelas³⁵.

³⁵ Arquivo da Cúria Diocesana – *Demonstrativo de Despesas* – Pasta de Corumbá.

A expansão gradativa das ações do catolicismo foi viabilizada através da atuação de ordens religiosas masculinas e femininas. O trabalho desempenhado por essas ordens religiosas teve características semelhantes. No entanto, essas ordens atuaram em espaços distintos, contribuindo com o atendimento à demanda crescente. Os franciscanos iniciaram seus trabalhos em 1941. Do ponto de vista catequético, seus trabalhos estiveram, inicialmente, direcionados às populações indígenas. Só posteriormente, já na década de 1950, passaram a se dedicar ao atendimento da população de colonos.

A inauguração da capela da vila São Pedro em 1950 e, no mesmo ano, a de Itaporã, constitui-se no marco inicial de uma nova fase nos trabalhos dos franciscanos, bem como, sua importante contribuição para a *necessária* expansão da atuação católica, em âmbito geral. As duas capelas situavam-se em colônias distintas sendo que a capela de São Pedro estava localizada na Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a capela de Itaporã situava-se na Colônia Municipal de Dourados.

Nos ajustamentos populacionais maiores do interior, os franciscanos levantaram capelas. Introduziu-se aos poucos, um serviço regular nas capelas. Enquanto não estavam prontas, realizava-se o serviço religioso em casas particulares. O sistema de capelas foi possível, principalmente depois de 1945, quando se fundaram em todo Estado de Mato Grosso colônias federais, estaduais, municipais e particulares (KNOB, 1988, p. 113).

Os franciscanos obtiveram por meio de doação, uma área correspondente a 17 hectares de terras na Colônia Municipal. O espaço não serviria apenas para o trabalho local dos franciscanos, mas para a manutenção da *missão franciscana de Mato Grosso* que compreendia trabalhos desempenhados em regiões vizinhas como um Seminário Franciscano que funcionava em Rio Brillante.

A criação de escolas, a assistência social e a orientação técnica para o trabalho com a terra são elementos que caracterizaram a atuação dos franciscanos entre os colonos:

[...] desde o começo, os franciscanos da Turíngia, vendo a situação de pobreza, falta de escola, doenças entre o povo de suas paróquias, empenhavam-se em dar assistência escolar e social. Sempre acompanhou o trabalho pastoral um grande interesse pela promoção humana³⁶.

³⁶ Idem, p. 117.

Os franciscanos também costumavam negociar com os colonos os produtos industrializados que recebiam da Alemanha. Esses produtos eram trocados por produtos que os colonos extraíam de suas propriedades.

Até o início da década de 1950, a atuação católica permanecera sob direção dos franciscanos. A partir de 1954 outra ordem missionária, a União do Apostolado Católico, também passou a integrar o espaço de atuação na paróquia de Dourados. Os padres integrantes da União eram chamados de palotinos. Chegaram a Dourados quando os trabalhos de distribuição de terras na Colônia Agrícola Nacional de Dourados já se encontravam bastante adiantados.

Os palotinos que vieram para Mato Grosso eram da Província de Nossa Senhora Conquistadora que ficava em Santa Maria, RS. Fazia parte dos projetos da referida província expandir suas ações para outras regiões do país, haja vista que, desde 1886, quando os primeiros missionários palotinos vindos da Itália chegaram ao Brasil, sua área de atuação estava restrita aos arredores da província. Mato Grosso não foi a primeira, tampouco a única, região visada pelos palotinos. Antes de se estabelecerem em Mato Grosso tentaram iniciar uma missão no Vale do Piquirí, no Paraná, onde se iniciara um projeto de colonização promovido pela empresa Pinho e Terras. Realizaram contatos com a empresa colonizadora e puderam conhecer a região, no entanto, não tiveram resposta imediata do bispo de Toledo. Sendo assim, por questões aparentemente ligadas à jurisdição, tiveram que abandonar tal projeto.

Em Mato Grosso, os palotinos trabalharam inicialmente em Amambai, onde atendiam populações indígenas e também não índias. Alguns meses depois chegaram à Vila São Pedro que na época era a sede da cooperativa da colônia. Local até então atendido pelos franciscanos que enfrentavam dificuldades devido à própria extensão da paróquia, com 25.000 Km², e o reduzido número de religiosos – em média 2 ou 3 sacerdotes – para atendê-la.

O objetivo primordial do trabalho dos palotinos na comunidade da Vila São Pedro passou a ser o atendimento à população de colonos. A migração para estas áreas havia se intensificado devido à divulgação de notícias sobre a demanda de terras gratuitas

disponíveis para colonização. Com a intensificação das migrações se processou também a expansão da área colonial, que até então limitava-se à margem esquerda do rio Dourados.

Nesse contexto, a Igreja Católica tratou de acompanhar a expansão da ocupação dos colonos. O padre José Daniel foi o primeiro padre palotino a chegar a Mato Grosso. Logo após negociar com bispo D. Orlando, e iniciar os trabalhos na vila São Pedro, foi convidado pelo administrador da colônia a se estabelecer na região que aguardava novas demarcações de terras. O convite foi aceito pelo religioso que se estabeleceu nestas áreas em período concomitante aos colonos, desenvolvendo junto a essas populações o trabalho que foi denominado de *missões palotinas*.

Outros acontecimentos muito contribuem para que se possa analisar o contexto da colonização, como um espaço apropriado pela Igreja Católica para firmar-se enquanto instituição religiosa influente e representativa para Mato Grosso. Na década de 1950, quando os padres salesianos chegaram à região e assumiram os trabalhos na paróquia São Pedro, os palotinos já tinham de fato organizado seus trabalhos na segunda zona da Colônia. O relato redigido pelo Pe. Daniel faz menção a essa transferência de trabalho para os salesianos:

[...] como assim convinha, de bom grado passamos a paróquia de São Pedro para os salesianos. Não deixamos nada a dever àquela comunidade, e passamos então a trabalhar com toda dedicação e fé para ver edificada a Igreja de Cristo nesta comunidade³⁷.

Embora a Paróquia ficasse na Vila São Pedro a direção dos trabalhos religiosos e, posteriormente as obras sociais desenvolvidas pelos salesianos sempre estiveram concentradas no povoado da Serraria, hoje distrito de Indápolis. A opção pode estar associada ao fato de ser a pequena vila a sede do escritório da CAND.

As ações católicas mobilizadas pelos salesianos, além da criação de novas capelas³⁸ que se situavam em áreas rurais e vilarejos vizinhos, também visaram a educação. O projeto de construção de uma escola agrícola foi anunciado assim que os padres chegaram ao

³⁷ Livro Tombo - Paróquia Rainha dos Apóstolos, 1963, p. 5.

³⁸ No no balanço dos trabalhos em 1957, o pároco Pe. André Capelli, faz referência à criação de 5 capelas, Livro Tombo - Paróquia São Pedro, 1957, p. 16.

local³⁹. Para realizar o projeto receberam um lote de terras cedido pela administração da Colônia.

A Escola Agrícola Dom Bosco foi de fato construída, mas não de imediato, pois só em 1960 veio a funcionar⁴⁰. Tratando-se de uma escola agrícola, sua prática de ensino priorizava as orientações básicas quanto ao manejo da agricultura, ou seja, plantio e cuidados gerais com a terra. Como complementos vieram a alfabetização e o ensino religioso. O padre André Capelli é lembrado como um dos principais agentes dos trabalhos salesianos. Era diretor do educandário que funcionou como Escola Agrícola até 1969. Na década seguinte a instituição passou a ser estadual, mas o padre continuou participando ativamente da administração⁴¹.

Analisando particularmente a atuação dessas diferentes ordens religiosas pode-se encontrar aspectos singulares em cada uma delas, no entanto, as semelhanças são bem mais aparentes. A criação de instituições de ensino e a participação em outras ações de cunho social são elementos que caracterizaram de maneira geral a presença desses segmentos representativos da Igreja Católica.

Oscar Beozzo, em seu trabalho intitulado “A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização”⁴² faz uma análise comparativa quanto à atuação da Igreja com imigrantes estabelecidos em São Paulo e no Rio Grande do sul. Na sua concepção, no Rio Grande do Sul, a Igreja e os imigrantes estiveram ligados por profundos laços.

É em torno das capelas por eles mesmos construídas, na ponta das linhas e dos travessões das demarcações, que se estruturara toda a sociedade local. Nas colônias alemãs, ao lado da capela funcionava a escola de primeiras letras, e nas colônias italianas, o campo de boccia e o salão de reuniões e festa do grupo. A religião constituía a tessitura mesma destas sociedades⁴³.

Completando o raciocínio o autor enfoca: *aqui a aliança não foi com o grande, mas com o pequeno proprietário* [...]. Em relação a São Paulo reitera:

³⁹ Jornal *Diário MS*, caderno diário do Campo, publicado em 19 de dezembro de 2002.

⁴⁰ Histórico da Escola Estadual Dom Bosco.

⁴¹ Jornal *O Progresso*, 27 de outubro de 2000.

⁴² In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano* (Tom III, v. 4) – São Paulo: Economia e Cultura, 1984.

⁴³ BEOZZO, J. Oscar. 1984, p. 278.

Na área da grande imigração para São Paulo não se repete esta aliança da Igreja. Ela volta a lançar mão, para seu acesso aos colonos das fazendas de café, da mediação do fazendeiro, que é quem constrói a capela, organiza as festas e manda buscar o padre. O grande proprietário continua apropriando-se da religião e sendo o elo de ligação obrigatório entre a Igreja e a massa rural⁴⁴.

Vale ressaltar que Beozzo trabalhou com um período em que a Igreja católica estava sob o regime do padroado, religião oficial, sendo que outras religiões eram apenas toleradas. Já na época em que decorre a colonização em Dourados a Igreja não tinha esta exclusividade, pelo contrário, tinha como motivação fazer frente à contribuição de outras religiões e seitas.

Sobre a relação entre a Igreja e o estado foram levantados alguns questionamentos que convenientemente são considerados. Pode-se destacar, por exemplo, as observações feitas por Vasconcelos em conferência intitulada “A Igreja e a colonização contemporânea em território sul-mato-grossense: onde a cruz foi o sinal”, questionando os indícios de possíveis alianças entre as duas instituições conclui o historiador:

Nesse caso, da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a cruz foi o sinal, mesmo que a sua função sacralizadora não tivesse sido prevista nos planos do governo brasileiro do período, quando o que mais importava era o símbolo, enquanto marco da unidade colonial, de um projeto nacional de desenvolvimento⁴⁵.

A idéia exposta por Vasconcelos relativiza a questão da proximidade entre os dois poderes, entretanto considera a possibilidade da apropriação, por parte do Estado, da simbologia religiosa para transmitir o ideal de unidade residente em seu projeto maior. Mas é possível ir um pouco além. Outras fontes sugerem que havia interesses em fortalecer a influência da Igreja junto aos órgãos oficiais da Colônia. Um dos documentos consultados demonstra uma proximidade da Igreja com a administração da Colônia, trata-se de um ofício que responde a um protestante que solicitava autorização para construir uma igreja em Vila Brasil. No ofício, datado de 27/10/1955 (portanto quando Vila Brasil estava em

⁴⁴ Idem, 279.

⁴⁵ VASCONCELOS, 2003, p. 7.

formação) consta a resposta do administrador afirmando que na localidade *estava reservada a preferência à Igreja católica*⁴⁶.

Na prática não consta que tal preferência tenha representado exclusividade para os católicos, pois outras religiões estiveram presentes desde o princípio das ocupações. Esse fato foi relatado pela escritora Cláudia Capilé (1999, p.51) que, embora enfatize veementemente a participação da Igreja Católica na estruturação da cidade de Fátima do Sul, também destaca a presença de outras religiões afirmando inclusive que a Igreja Batista foi a primeira a se estabelecer no povoada, às margens do rio Dourados.

A presença dos protestantes foi possivelmente marcante haja vista que causava incômodo às lideranças católicas, conforme ficou expresso no histórico da paróquia Nossa senhora de Fátima:

Vila Brasil acha-se infestada de seitas protestantes, motivo porque o trabalho religioso se torna difícil. As principais são: Batista, presbiteriana, Assembléia de Deus, Adventista do 7º dia, Avivamento Bíblico, congregação Cristã do Brasil, espíritas etc.⁴⁷.

Com base nestas constatações pode se entender que o ofício tratou-se de um acontecimento isolado, mas o fato é que expressa a intenção de fortalecer os vínculos com a Igreja Católica. Conota-se a idéia de que esta instituição desfrutava de prestígios junto aos representantes do governo federal dentro da Colônia. Outro aspecto que deve ser levado em conta diz respeito à colaboração de órgãos oficiais com obras da Igreja. A igreja matriz da Vila São Pedro foi construída em terreno doado pelo governo federal. A criação da paróquia, nessa localidade, representava para a Igreja Católica uma ampliação e um novo direcionamento de sua atuação, pois a paróquia foi instalada num local estratégico.

Na vila São Pedro havia uma constante circulação dos colonos já que ali estava instalada a cooperativa que abastecia a Colônia. Aqueles que estavam chegando tinham a localidade como referência e obtinham as informações a respeito da distribuição das terras, sobre o seu estabelecimento ou até mesmo buscavam saber notícias de conhecidos que já moravam na Colônia. Por essa razão tornou-se um local propício para se criar a paróquia

⁴⁶ Arquivo Histórico de Campo Grande. Cx. 24.

⁴⁷ Livro Tombo – Paróquia Nossa Senhora de Fátima (Fátima do Sul), p. 9.

que facilitaria o atendimento à população de colonos. Para esse propósito a diocese contou com apoio do governo federal.

Jadir Zaro, o padre que organizou o texto comemorativo dos 50 anos das missões palotinas em Mato Grosso⁴⁸, informou que a matriz foi construída pelo governo federal, entretanto as informações registradas na própria paróquia fazem referência à doação do terreno para construção da igreja. Independentemente da espécie de contribuição, é possível perceber o interesse por parte do poder público em favorecer as acomodações da Igreja Católica. Não havia de forma declarada qualquer restrição a outras religiões, no entanto percebe-se que, as articulações entre o catolicismo e o governo ficaram mais evidentes.

Alguns fatores possivelmente contribuíram para esse bom entrosamento, o próprio tradicionalismo secular de proximidade entre a Igreja católica e o Estado. Como exemplo dessa tradição cabe destacar o ato de se utilizar a cruz como marco da criação da Colônia Agrícola; outro aspecto relevante reside no fato de que um significativo número de colonos era de origem nordestina, região onde o catolicismo - principalmente o popular - é predominante. Portanto, ao articular-se com a Igreja Católica favorecia-se também a acomodação da maioria de migrantes católicos. Deve-se ainda levar em conta o contexto geral brasileiro anteriormente analisado, a proposta de nacionalismo, expansão econômica e segurança interna do governo brasileiro, combinou com o ideal da Neocristandade do catolicismo. Sobre esse aspecto reitera Ponciano:

Nota-se que a Igreja tinha como objetivo último propagar os ideais do catolicismo no Brasil, desde os grandes centros até os recantos mais distantes, enquanto que o Estado preconizava, desde a Revolução de 1930, a estabilidade econômica e política e a ordem social. Assim é possível sugerir que durante a primeira metade do século passado, a Igreja Católica sob o modelo da Neocristandade – foi a instituição que trabalhou no campo social em cooperação com o Estado, na perspectiva de construir uma identidade nacional que estivesse pautada nos valores cristãos e em comunhão com os valores políticos de um poder secular que beneficiasse a implantação de sua política teológica em todo território nacional, independente de esse ser totalitário ou não (PONCIANO, 2006. p. 135).

⁴⁸ 50 anos dos palotinos em Mato Grosso – Suplemento da revista Rainha dos Apóstolos, 2005, p. 9.

As lideranças católicas esforçavam-se para manter esse bom relacionamento. Utilizavam a imprensa para demonstrar a importância de sua presença no Núcleo Colonial como pode ser observado no texto do padre José Daniel:

Há muito tempo Dourados, no seu surpreendente progresso e nas suas necessidades espirituais, se ressentia da falta de novas paróquias, para crescer não só material, mas também espiritual [...] De parabéns está o povo douradense, por esse novo avanço na sua vida espiritual, e fazemos votos que essa marcha ascendente nunca esmoreça, mas prossiga sempre, para a dissipação da ignorância religiosa que, infelizmente, grassa em nosso município⁴⁹.

Outra forma de manter a proximidade era a correspondência que servia para informar, reivindicar e até mesmo apresentar denúncias. As correspondências partiam diretamente dos missionários ou de seu superior. As manifestações por parte dos administradores mostravam-se sempre cordiais. Pode-se tomar como exemplo disso a resposta de um assistente administrativo ao bispo da diocese de Corumbá. Ao ser indagado sobre uma possível transferência da administração do Hospital da Colônia para protestantes (possibilidade anunciada pelo padre José Daniel)⁵⁰, o assistente Adalberto Gerhardt tranquiliza o líder religioso:

[...] Que fique expresso o reconhecimento desse órgão a todo trabalho que vem sendo prestado por esse servo de Deus. Padre José Daniel, além de realizar seu trabalho religioso de fortalecimento da religião católica, celebrando missas e realizando os sagrados sacramentos, também distribui remédios e ajuda no transporte de doentes. Nosso bom padre tem realizado uma campanha sem trégua contra a falta de moral, que infelizmente campeia na Colônia, mas vem arrancando a maioria do povo do ostracismo religioso. É criticado por alguns, mas é o mais indicado para moralizar o povo local [...]⁵¹.

Também chegavam reclamações às autoridades. Duas cartas do padre José Daniel dirigidas ao ministro da agricultura dão sinais de que existia uma preocupação por parte deste missionário com problemas sociais que atingiam a população. Utiliza como

⁴⁹ O PROGRESSO. Dourados, 03 de abril de 1955, p. 2. *Apud* PONCIANO, 2006, p. 138.

⁵⁰ [...] *Devemos ficar alertas. A administração vai se retirar em julho do hospital, que será entregue a um médico que quiser chegar. Estou com medo dos protestantes.* Arquivo da Cúria Diocesana de Dourados – Pasta de Corumbá.

⁵¹ *Ibid.* – Pasta de Corumbá.

argumento a questão do comunismo, fazendo referência à revolta de comunistas e anarquistas:

Há dois anos fui convidado pelo governo, para trabalhar espiritualmente na Colônia Federal de Dourados, a fim de debelar as revoltas dos comunistas e anarquistas, ameaçadores da ordem e do desenvolvimento da mesma Colônia [...] Após dois anos de trabalho verifico que o descontentamento popular procede em grande parte, dos erros mastadônicos do governo referentes à colônia [...] O comunismo não é repellido apenas com pregação, mas com assistência social ao pobre, e com leis que garantam a ordem e o progresso⁵².

Em virtude desta denúncia o padre chegou a ser ouvido pela chefia administrativa da CAND, mas se negou a confirmar suas denúncias e explicar tal iniciativa.⁵³ Não há evidências de que, nesse período, levantes comunistas ou anárquicos tenham, de fato, representado problemas para o Núcleo Colonial de Dourados. A atitude do missionário tinha como objetivo principal reclamar do contexto social desfavorável. Em outros trechos da correspondência o sacerdote descreve questões relativas a atraso no pagamento de funcionários, morosidade, preguiça e burocracia.

As reclamações estavam direcionadas ao poder central. O padre, que não se indispunha com a administração local, faz questão inclusive de esclarecer e sugerir que:

O administrador é bom, mas não tem apoio do poder central [...] É preciso dar força ao administrador, legalizar as terras, emancipar a primeira zona, explorar as fontes de riquezas dessas terras. É necessário dar assistência técnica ao agricultor, assistência escolar, médica e higiênica (Idem).

Conforme destacamos anteriormente, os colonos que chegaram à CAND na década de 1950 tendem a relatar uma série de dificuldades, dentre elas, justamente a lentidão administrativa: *quem chegou por derradeiro ficou abandonado à própria sorte, não dava para esperar por ninguém*⁵⁴. Nesse caso a memória não falha. Partindo da análise dessas fontes em seu conjunto, a idéia que prevalece é que de fato a administração falhava, não apenas no sentido de realizar adequadamente a distribuição das terras e legalizá-las, mas

⁵² Arquivo Histórico de Campo Grande, MS. Cx. 25.

⁵³ [...] ouviu o referido pároco, negando-se este a declarar os focos subversivos dentro do núcleo de Dourados e declarou não mais querer saber nada, devendo o governo tomar as providências e não a Igreja. Ibid.

⁵⁴ Astrogildo Leal, 2004, f. 3.

também em relação à demanda social que crescia em consequência da ampliação das ocupações.

No entanto, essa ausência era relativa, pois os órgãos oficiais se faziam presentes com escritórios administrativos que atendiam aos colonos. O que ocorria é que o atendimento não correspondia à demanda social, deixando um vácuo nesse processo, o qual, oportunamente, era ocupado pela Igreja. Com dois anos de trabalhos realizados em parceria com os colonos, a instituição religiosa relatava à administração os resultados alcançados:

Temos a satisfação de apresenta-lhes o que esta santa Igreja reuniu com sacrifício e trabalho, em obras espirituais e materiais para esse povo: [...] Mantém duas paróquias, com três sacerdotes que moram no local; já foram construídas nove capelas, abriu sete cemitérios, colaboramos ativamente com a fundação de Bocajá; a educação tem sido prioridade ao lado da assistência espiritual: instruímos o colono no manejo adequado da terra; as escolas públicas contam com nossa assistência religiosa. [...] A saúde não fica esquecida: repassamos cuidados com higiene e boa alimentação; Um hospital na 1ª Zona está sobre nossa responsabilidade, está sobre nossos cuidados, também transportamos os doentes que não podem chegar até lá [...] Um ano de benção, a luta é válida⁵⁵.

Havia uma preocupação por parte dos missionários em divulgar suas ações. Um relatório semelhante foi publicado pelo padre José Daniel no jornal *O Progresso* em abril de 1955⁵⁶. Era uma forma de conquistar prestígio na sociedade e com o poder público. Na década seguinte as obras sociais se ampliaram. Os recursos provinham de diversas fontes, mas a participação do poder público foi significativa, havia um encontro de interesses que favoreceu a parceria entre a Igreja e o Estado.

Mas todas essas questões que envolvem a presença da Igreja na Colônia são significativas se analisadas dentro de um cenário onde o personagem principal era o colono. A Igreja passou a integrar o cotidiano daquela população que participava do processo de formação de uma nova sociedade. Embora a Igreja tivesse seus propósitos como a expansão de seus trabalhos, é importante considerar que ela servia aos propósitos dos colonos, tanto no campo religioso, com a manutenção de sua fé, como na construção dos valores materiais

⁵⁵ Arquivo Histórico de Campo Grande, MS. Cx 30. Correspondência intitulada *Relatório*, assinada pelo padre Luiz Vendrusculo, 18/11/1955.

⁵⁶ Citado por Ponciano, 2006, p. 139.

indispensáveis para sua acomodação no local que tinham escolhido para começar uma nova vida.

Retomando a discussão de Beozzo, acerca dos diferentes modelos de colonização e as características da relação do colono com a Igreja, verifica-se que os migrantes que vieram para a região de Dourados produziram uma história semelhante ao caso do Rio Grande do Sul, modelo de colonização analisado pelo autor. A religiosidade era um elemento da cultura do migrante e a presença da Igreja permitia a continuidade de sua tradição. Essa é uma condição que possibilitou o estreitamento dos laços entre a Igreja e os colonos.

Na perspectiva de melhor trabalhar os aspectos apresentados até aqui, no próximo capítulo, as análises se concentram de forma mais específica para a atuação da Igreja junto às comunidades que se formaram na 2ª zona da colônia. Os padres palotinos foram os promotores das ações católicas nessa região.

Mapa: Mato Grosso do Sul Divisão em municípios

CAPÍTULO III

A MISSÃO PALOTINA EM MATO GROSSO

A representação dos próprios palotinos acerca de sua vinda para Mato Grosso está revestida de apologia e misticismo. A missão seria a concretização de uma profecia, feita por um provincial, que veio a se concretizar⁵⁷. No entanto, até a década de 1950, a província palotina do Rio Grande do Sul a de Nossa Senhora Conquistadora, não ultrapassara os limites do próprio Estado. Certamente, as notícias do projeto de colonização do governo federal despertaram nos dirigentes da ordem dos palotinos a idéia de expansão de suas ações para outras áreas do território brasileiro. Ao escrever sobre o assunto o padre Redin destaca que as primeiras iniciativas surgiram em 1941. Nessa época os padres que trabalharam nas missões palotinas ainda eram seminaristas, mas passaram a conviver com a expectativa de trabalhar no projeto de expansão da província do Rio Grande do Sul⁵⁸.

Os palotinos ao se pronunciarem sobre a iniciativa de desenvolver um trabalho missionário em Mato Grosso, sobretudo, na região da Colônia Agrícola de Dourados, afirmam que o fator determinante para suas ações foi a constatação da necessidade de uma assistência espiritual naquela região, alegam que sua pretensão primordial e norteadora era o cumprimento do dever apostólico.

A região era tida pelos missionários como *lugar de missão*. Um conceito que está associado à questão do novo povoamento, e que, na concepção dos religiosos, implicava numa demanda e trabalho espiritual. Nas cartas enviadas pelos primeiros missionários ao seu provincial, relatavam as dificuldades:

⁵⁷ Em 1941, durante o almoço, no refeitório do seminário de Vale Vêneto, conta-nos o padre Luiz Vendrúscolo que, o Pe. Rafael alertou o curso dele para que se preparasse para a missão no Mato Grosso. REDIN, Aquiles Pio. Missão Palotina no Sul do Mato Grosso. Informações Palotinas, Santa Maria – Pallotti, v. 1, p. 51-57, jul., 1995.

⁵⁸ Os padres palotinos chegaram ao Brasil em 1886, sua vinda está associada ao contexto da imigração italiana. Os primeiros missionários estabeleceram-se em Vale Vêneto, RS, e, gradativamente, expandiram seus trabalhos naquela região. Em 1909, Santa Maria era a sede de uma província que abrangia o Brasil, Uruguai e a América do Norte e, assim, permaneceu por dez anos.

Nós mesmos fazemos a comida [...] às vezes uma raiz de mandioca ou umas espigas de milho resolvem [...]

Estou aqui só, só mesmo. Nem cozinheira nem cachorro, nem gato. Se um dia morrer, ninguém vai saber. Só ouço o pio da coruja na cumeeira da Igreja⁵⁹.

As reclamações sobre as dificuldades de ordem prática, referentes ao seu próprio estabelecimento na região são compreensíveis, pois as instalações eram de fato rudimentares e a locomoção interna muito difícil. As estradas eram precárias, adequadas principalmente às carretas puchadas por bois ou cavalos, por isso eram chamadas carreiras. Os missionários também reclamavam muito sobre as dificuldades para superar as *superstições, credices, ignorância e miséria espiritual* do povo da região, mas, de uma maneira geral, tinham boa receptividade junto aos colonos. Em seu depoimento, Eutácio Caetano Brás ressaltou a participação intensa dos católicos nos primeiros anos de atuação dos palotinos.

O padre e a comunidade eram como uma família. Quando tinha missa ou terço, vinha gente de todos os lugares. Era importante para nós os padres aqui, porque o povo tinha muita fé e precisava de um padre⁶⁰.

O olhar do colono e dos missionários, acerca da história que conjuntamente vivenciaram, expressa uma contradição que, por sua vez, pode ser entendida se for observado o contexto em que as opiniões foram manifestadas. O colono se esforça para contar a sua participação no processo de formação da cidade na qual até hoje reside, para ele é conveniente expor a memória dos fatos que lhe são positivos. Para os missionários quando escreviam suas cartas aos seus superiores, era interessante pontuar as dificuldades que estavam passando para assim valorizar o seu próprio trabalho.

1. Atuação e liderança dos missionários

É praticamente impossível analisar e atender o processo de formação de Vila Brasil (hoje Fátima do Sul), Vicentina e Glória de Dourados dissociado do estabelecimento dos

⁵⁹ 50 anos dos palotinos no Mato Grosso do Sul: uma história construída pelo povo. Suplemento da revista *Rainha dos Apóstolos*, 2005, p. 7.

⁶⁰ Eutácio Brás, 2006, p. 5.

padres palotinos na região. Onde hoje é Vicentina, foi montada, em caráter provisório, a sub-sede da colônia, onde funcionava o escritório do INIC (Instituto Nacional de Colonização). Sabendo que os padres pretendiam criar uma paróquia, o administrador ofereceu esse espaço ao padre José Daniel para que iniciasse os seus trabalhos.

A paróquia de Nossa Senhora da Glória, criada em 1955, teve a sua sede estabelecida onde hoje é Vicentina. Este nome foi dado pelo primeiro padre a fixar-se na paróquia em homenagem ao fundador de sua ordem religiosa, Vicente Pallotti. A matriz funcionava no próprio escritório do INIC. Os resultados visíveis da atuação missionária dos palotinos aparecem nas escolas, igrejas e hospitais construídos no decorrer de três décadas, com a ajuda de toda a comunidade. O trabalho missionário acaba por repercutir no cotidiano das pessoas, influenciando na própria formação cultural da comunidade, desde as construções das primeiras capelas de madeira, ou mesmo a celebração de missas ainda em locais improvisados, até a construção dos educandários, hospitais e templos maiores, a missão palotina ajudou também a compor a história dessas sociedades em formação.

O trabalho social e religioso desenvolvido nas cidades que se formaram teve as mesmas características. No caso de Fátima do Sul, as ações se iniciaram a partir da construção da capelinha, tida como rude choupana, à margem do rio Dourados. Aos poucos foram melhorando as estruturas até a construção da Igreja Matriz em alvenaria e melhor localizada, *no ponto mais alta da cidade*, conforme fez questão de destacar Ládio Girardi⁶¹, associando o espaço físico à suposta importância que Igreja ganhara na cidade.

Em Vicentina, foi construída, em meados da década de 1950, a primeira igreja, ainda de madeira e, somente após 15 anos, tiveram início as obras de construção da atual Igreja matriz com uma arquitetura bastante exótica para a época. A Igreja Matriz de Glória de Dourados também teve duas edificações, entretanto, a primeira foi destruída por um incêndio e, com ela, toda a documentação referente à instalação da primeira paróquia da 2ª zona da Colônia. O fato mobilizou a comunidade para a construção da atual matriz. Essa segunda igreja também apresentava uma característica bastante diferenciada em sua arquitetura.

⁶¹ No princípio era a selva: 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso. Suplemento da revista *Rainha dos Apóstolos*, 1979, p. 15.

O setor educacional foi também muito visado pelos palotinos. Fundaram em Fátima do Sul, até o ano de 1962, três escolas: a Escola Primária Vicente Pallotti, o Instituto D Pedro II e o Colégio Vila Brasil. A primeira foi fundada em 1958, sob estruturas improvisadas e contando com a participação do poder público que contratou os professores. A instituição oferecia o ensino primário. Em 1961 foi fundado o segundo educandário que oferecia o chamado curso comercial ou ginásial. Posteriormente foi criado o segundo grau, com os cursos de técnico em contabilidade e habilitação para o magistério.

Esses dois grupos escolares funcionavam no mesmo prédio construído pelas missões, em 1966. O terceiro colégio foi construído, também, com verbas estatais sob reivindicação da comunidade e dos palotinos que foram os doadores do terreno. Em Vicentina, no ano de 1958, foi fundada a escola Paroquial Rainha dos Apóstolos que oferecia o ensino primário e funcionava em local improvisado. Para dar continuidade ao ensino que esta escola oferecia, os palotinos fundam em 1962 o Ginásio Comercial Vicente Pallotti. Nesse mesmo ano foi inaugurado o Ginásio Sete de Setembro em glória de Dourados.

Todas essas instituições de ensino estiveram sob o domínio e a direção da Igreja, por aproximadamente duas décadas. Após esse período foram gradativamente integradas ao poder público. Primeiramente foram transferidas as instituições e, posteriormente, foram efetivadas as compras dos prédios onde elas funcionavam. No caso do colégio Vicente Pallotti, de Fátima do Sul, esteve alugado por alguns anos ao próprio Estado, mas nos anos de 1990 um novo prédio foi construído – conservando o mesmo nome – e, o que era de propriedade dos padres, foi vendido a uma instituição particular.

As escolas de vicentina além de integradas ao Estado, também foram unificadas preservando a denominação de Escola Rainha dos Apóstolos. A incorporação foi em 1981, mas a instituição continuou sendo dirigida pelos religiosos. Em 1983 a escola recebeu nova denominação passando a se chamar Escola Padre José Daniel, em homenagem ao religioso considerado seu fundador. O referido padre foi diretor da escola por aproximadamente 20

anos. Em 1978 o cargo passou às mãos do padre Roberto Fulco do Nascimento⁶², esse dirigiu a instituição até sua aposentadoria em 1986.

Todos esses dados possibilitam uma idéia prévia do amplo espaço ocupada pela Igreja, seria o espaço social que, de maneira geral, entende-se como próprio do Estado. Entretanto, as análises sobre os métodos de se organizar e realizar as ações que propunham são ainda mais esclarecedores fazendo com que se compreenda porque a religião é referência quando se tem como proposta falar sobre a história desses colonos.

A atuação dos religiosos foi além do atendimento à demanda espiritual ou de suprir a carência pela vivência da fé. Chegaram à região juntamente com os colonos em uma época em que pouco havia sido feito além de “grosseiras picadas” abertas pelos posseiros. Essa condição inicial favoreceu à sua expressiva participação no meio social que os colonos estavam formando. Um dos missionários palotinos noticiou aos seus superiores a seguinte: *por aqui tudo por criar, tudo por fazer. Com o povo tenho que começar pelo sinal da cruz*⁶³.

A própria história da ação dos palotinos com essas sociedades coloniais se encarrega de caracterizar como a frase do missionário foi exagerada. Embora de fato muita coisa precisasse ser feita, o sinal da cruz não precisaria ser ensinado. Por meio dos palotinos a Igreja exerceu forte influência na formação religiosa, social e, até mesmo política dessas comunidades. Assim se expressou o colono sobre o assunto: *era importante para nós o padre por aqui, porque o povo tinha fé e precisava de um padre* (Eutácio Brás, 2006).

A Igreja personificada pelos palotinos adentrava o cotidiano daquelas populações utilizando a simbologia do catolicismo. Como exemplo, pode-se citar a fixação de cruzeiros em cada vila que ia se formando. Uma fotografia que registrou um desses eventos chama bastante a atenção, no local que seria erguido o cruzeiro, se vê em destaque uma placa que anuncia as *obras sociais dos padres palotinos* (anexo 1).. Tais eventos aconteciam em solenidades religiosas e envolviam um número significativo de fiéis e, de forma simbólica,

⁶² Pe. Roberto Fulco do Nascimento foi um dos missionários palotinos. Chegou à região em 1961, para atender aos trabalhos missionários em Glória de Dourados, até então sem nenhum sacerdote residente.

⁶³ A citação é um fragmento da carta do missionário Luiz Ventrúsculo dirigida à Província de Santa Maria, RS. A carta esteve exposta em evento comemorativo aos 50 anos de início da missão palotina em Mato Grosso. O evento aconteceu em 2004, na cidade de Fátima do Sul.

conotava-se uma identidade católica ao local. Nilton Ponciano interpreta os aspectos simbólicos que permearam o contexto em estudo a partir da perspectiva de Bourdieu, o que lhe permitiu a seguinte observação:

Acredita-se que o campo simbólico constituído em uma sociedade se torna fundamental para a formação de uma ordem moral e, conseqüentemente, para a harmonia social e expansão das instituições que sistematizam uma sociedade⁶⁴.

A identidade católica constituída a partir do *capital religioso* que lhe foi empregado favoreceu o estabelecimento de vínculos entre a comunidade e a Igreja, elemento fundamental para a realização dos empreendimentos que extrapolavam a esfera do religioso, pois atendiam às demandas sociais. A construção e administração de escolas representam o retrato mais visível dessa atuação extensiva da Igreja.

Para concretizar os projetos que visavam principalmente à educação eram criadas entidades assistenciais que funcionavam como um mecanismo de organização para aproximar a sociedade e suas demandas dos órgãos públicos para obtenção de recursos. Os palotinos foram criadores dessas entidades. A primeira a ser criada foi a Sociedade de Assistência Social – SAS, oficializada em 1959. Seu estatuto previa o atendimento às paróquias palotinas de Mato Grosso, que na época eram duas: a Paróquia de Amambaí e a Rainha dos Apóstolos de Vila Vicentina, onde ficou sendo a sede da instituição.

Segundo Eutácio Brás o padre José Daniel convidou os moradores de Vicentina para uma reunião, onde falou a respeito da entidade que pretendia criar, e assim o fez. Esse fato é tratado com ênfase pelo morador, pois assim se atribui méritos à pessoa do missionário, reafirmando o reconhecimento que é manifestado pela memória local que outorga ao padre o lugar de promotor de boa parcela do desenvolvimento da cidade:

Pra mim parece que foi ontem... o convite foi para todo mundo na missa, mas o padre tinha as pessoas de sua confiança, esses aí ele chamou em casa. Ele me deixou animado, falou que se conseguisse fazer o SAS, tudo ia melhorar, pois os políticos ajudavam, mas para isso tinha que ter tudo legalizado, foi por isso que nós criamos o SAS, a gente sabia que ia ser bom para todo mundo, e certo que foi, pelo menos no começo, depois se danaram a atrapalhar, padre Daniel sofreu muito (Eutácio Brás).

⁶⁴ BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. *Apud* PONCIANO, 2006, p. 142.

As palavras expressas pelo depoente têm a intenção de enfatizar a liderança do religioso colocando-o como articulador da iniciativa que precisava contar com a participação da comunidade. A assembléia à qual se refere, possivelmente serviu como formalidade para se efetivar a criação da entidade. A ata da reunião que formalizou o nascimento da instituição foi assinada por 42 pessoas. Na mesma ocasião, formou-se a diretoria e o estatuto.

Segundo o estatuto do SAS, um de seus principais objetivos seria atuar buscando promover benefícios no campo educacional, religioso, assistência à saúde, higiene e recreação, ficando especificado como finalidade geral: *atender a população de camponeses pobres*. O setor educacional acabou de fato ganhando bastante destaque nas ações desenvolvidas pelas missões palotinas. Na época, o ensino oferecido pelo Estado nessas regiões ficava geralmente restrito às séries iniciais. Segundo o Padre Roberto⁶⁵, a iniciativa de atuar nesse setor, está relacionada basicamente à carência que as comunidades tinham nesse setor. Os religiosos perceberam, segundo ele, que era preciso investir em educação para essa gente, pois as crianças estudavam até a quarta série e depois não tinham mais como estudar.

As obras de construção dos educandários levaram anos até serem concluídas. Eram em geral particulares⁶⁶, sendo assim, não atendiam necessariamente, à comunidade de camponeses pobres, como ficou expresso no estatuto da associação e também na declaração do religioso. Ao comentar o início do ano letivo de 1964 o pároco, diretor da escola informou que, naquele ano, houve 500 matrículas de alunos no primário e 90 no ginásio⁶⁷. Só a partir da década de 1970, com a incorporação gradual das escolas à rede pública do Estado é que o acesso tornou-se, mais abrangente à população.

A fundação dos grupos escolares e a regulamentação de seus regimentos internos eram feitas em assembléias. Os resultados dessas assembléias eram registrados em atas. Os palotinos que sempre estiveram à frente da direção dos grupos escolares, tinham plena liberdade de decisão, pois assim lhe assegurava os regimentos internos. Conforme se pode

⁶⁵ Pe. Roberto Fulco do Nascimento, 2000, f. 3.

⁶⁶ Vale ressaltar que as escolas fundadas pelos padres com ensino voltado para as séries iniciais eram desde o início, públicas. Era o caso da Rainha dos Apóstolos e Vicente Pallotti, primeiras escolas instaladas em Vicentina e Fátima do Sul, respectivamente.

⁶⁷ Livro Ata do SAS. Ata de nº20, 12/02/1964 – Arquivo da Escola Padre José Daniel.

analisar através da ata do regimento interno da escola Rainha dos Apóstolos de Vicentina⁶⁸, as leis que regiam a escola impunham uma rigorosa disciplina à sua clientela. A disciplina se estendia aos pais dos alunos, inclusive ficou registrado em ata que a escola não aceitaria alunos cujos pais não concordassem com a punição via atribuição de castigos, como a privação de recreio. Na interpretação dos formuladores do regimento, seria essa uma condição necessária para que estes tivessem a certeza do êxito no aprendizado e educação de seus filhos⁶⁹.

A disciplina da direção dos padres palotinos nas suas instituições era rígida. Tal característica era normal considerando a época, mas, segundo o Padre Roberto, a disciplina contribuía para a seriedade dos trabalhos desenvolvidos, e, com saudosismo, assegura que *tudo era mais fácil, os alunos naquela época queriam mesmo estudar*⁷⁰.

Existia uma ambigüidade no que diz respeito ao caráter da entidade, pois se tratava de uma associação que previa a participação da sociedade a qual deveria beneficiar, mas, por outro lado, a Sociedade Vicente Pallotti era tida oficialmente como diretora das instituições que fossem construídas através dos movimentos assistenciais. A autoridade dos sacerdotes sobre as instituições era uma exigência legitimada pelas decisões que foram tomadas em assembléia, foram lavradas em ata e, posteriormente, se fez constar no estatuto oficial:

O Serviço de Assistência Social, doravante também denominado SAS, é uma instituição fundada e dirigida pela congregação dos padres da Sociedade Vicente Pallotti – Província Palotina Nossa Senhora Conquistadora e com sede em vila Vicentina, município de Dourados, Mato Grosso, e foro nesta mesma cidade⁷¹.

As obras materiais construídas com recursos direcionados ao SAS foram escrituradas em nome da sociedade dos padres palotinos, no entanto, houve uma participação acentuada da sociedade. Embora a maioria das ações fosse por iniciativa dos religiosos, era com o apoio da comunidade que elas se concretizavam. A instituição

⁶⁸ Arquivo da Escola Padre José Daniel – Regimento Interno da Escola Rainha dos Apóstolos, 1962, p. 3.

⁶⁹ Idem, p. 4.

⁷⁰ Pe. Roberto Fulco do Nascimento, 2000, f. 6.

⁷¹ Livro Ata do SAS. Ata de nº 1, 24/11/1959, p. 2 – Arquivo da Escola Padre José Daniel.

Estatutos do Serviço de Assistência Social de Vila Vicentina. Artigo 1º, p.1. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

mantinha-se sempre sob direção de um palotino, mesmo porque, assim determinava o estatuto, em sua forma inicial. No entanto, em 1970, a assembléia se reuniu para reformular o estatuto e a principal alteração recaiu sobre essa questão. Pelo novo estatuto não ficava mais determinado que a direção tivesse que ser representada por um palotino, também não cita mais a província como dirigente da entidade. Essas duas alterações deram ao SAS uma característica, pelo menos legal, de maior autonomia.

Percebe-se também a preocupação em estabelecer providências a serem tomadas, quando a instituição não pudesse mais atingir seus objetivos. Quando ocorre essa mudança no estatuto, os trabalhos assistenciais estavam em andamento, a exemplo dos educandários, que estavam em pleno funcionamento. Mas mudar o estatuto provinha de problemas relacionados à organização da instituição.

Mesmo considerando as questões acima descritas, o que não se nega é a participação mútua entre religiosos e as respectivas comunidades. A existência de uma assembléia demonstra essa característica, que poderíamos chamar de uma soma de forças. Se a Igreja apropriava-se do contexto para firmar sua liderança na sociedade, por outro lado, o colono aderiu aos projetos que pressupunham-lhe promover uma condição de vida mais confortável.

Essa integração tem fundamentação em aspectos ligados à religião, à cultura, à política e relações sociais que se manifestam no cotidiano das pessoas envolvidas nesse processo, desde a vivência da fé até a construção dos templos que passavam a compor a rústica arquitetura das vilas em formação. A religião integrava-se à cultura do povo, constituindo-se dessa forma, em referencial para uma suposta organização de caráter social.

Somar forças para crescer e se desenvolver – não são raros os depoimentos que demonstram esse anseio. As declarações dos colaboradores, além de permitir interpretar que a disponibilidade de muitos dos que viviam no local foi norteadora e decisiva na realização dos trabalhos, também são reveladoras da apreciação e saudosismo que os agentes dessa história cultivam em suas memórias:

Naquela época, aqui, agente só via futuro. Todo mundo queria trabalhar para ver se o lugar se desenvolvia. Tinha muita coisa para fazer. Ficar parado é que agente não podia⁷².

Naquela época ninguém tinha dinheiro não, a maioria vivia da roça mesmo, outros já tinham um comerciazinho, mas era coisa pouca, mas disposição agente tinha. Cada um ajudava como podia: um pouquinho de dinheiro, um dia de serviço, uma prenda, por que sempre teve esse costume de fazer festa para arrumar dinheiro e assim a gente se ajeitava, todo mundo ajudava, ninguém ficava mais pobre⁷³.

São elementos que nos levam a questionar a respeito da relação que se estabelecia entre os padres e a pessoas que com eles trabalhavam. Sobretudo na parte administrativa percebemos uma relação de respeito e submissão. Quando o estatuto não mais previa que a entidade tivesse como diretor um palotino, o resultado da eleição para presidente, realizada no mesmo dia e local da mudança do estatuto, resultou na continuidade do sistema, ou seja, o padre Daniel permanecia na presidência. Ao ser questionado sobre esta questão, assim responde o Sr. Eutácio Brás:

Naquele tempo aqui, ninguém tinha condições de dirigir nada. O povo sabia que só quem podia fazer aquilo ali era o padre mesmo, ele é que tinha cultura para resolver os problemas. Ninguém tinha estudo. Você pode ver que no princípio, era o padre Daniel que redigia as atas e a gente confiava nele⁷⁴.

Quanto às relações com a província, à comunidade não participava. O único envolvimento provavelmente tenha sido quando a província solicitou que o terreno, no qual estava construído o educandário de Vicentina, fosse escriturado em nome da Sociedade Vicente Pallotti, haja vista, que estava em nome de um dos paroquianos. Segundo Eutácio Brás, o acordo foi feito sobre pressão, pois o terreno estava em nome de seu filho, e o *trato*, argumenta ele, era de escriturar em nome do SAS, cuja diretoria era composta por membros da comunidade local. A província fez valer os seus interesses com a colaboração do sacerdote local.

Investir, na educação – setor mais visado pelo SAS – implicava, dentre outras coisas, na construção de prédios. Portanto, se considerarmos o momento pelo qual passava a congregação dos padres da Sociedade Vicente Pallotti, momento em que estavam

⁷² Eutácio Brás, 2006, f. 3.

⁷³ Osvaldo Nascimento, 2004, f. 5.

⁷⁴ Eutácio Brás, 2006, f. 8.

voltados à expansão de seus trabalhos no Brasil, é possível visualizar os motivos que os levavam a tomar precauções, no que se refere à garantia de seu comando naquilo que se construía, sendo patrimônio material ou espiritual.

Expandir-se através dos trabalhos missionários, poderia significar crescer enquanto ordem religiosa e, conseqüentemente, conquistar um espaço maior, até mesmo, no próprio meio católico. Esse aspecto insere-se numa ampla conjuntura, pois a Igreja católica, nesse período, buscava fortalecer-se enquanto instituição, quando se desenvolvia o pensamento social, conseqüência da formação da chamada ala progressista.

Quando os palotinos participaram da formação daqueles pequenos centros urbanos, bem como, da organização social daquelas populações, estavam ao mesmo tempo, constituindo uma nova fase em seus trabalhos religiosos, o que denominaram de Missões Palotinas em Mato Grosso. A criação da Sociedade de Assistência social é parte integrante desse processo.

O próprio estatuto interno da Sociedade Vicente Pallotti especifica como finalidade da entidade:

Promover a educação e assistência da infância e da juventude mediante: a) Criação, direção e manutenção de instituições educacionais, tais como escolas de nível primário, secundário ou superior, escolas técnicas, patronatos, orfanatos ou abrigos de menores destinados à infância desamparada⁷⁵.

Essa postura com vistas a legitimarem-se como criadores, diretores e organizadores, foi bastante marcante, é uma característica que se manifestada em vários pontos do estatuto. O artigo 5º, por exemplo, estabelece que a presidência da diretoria deveria ser sempre de um palotino, que poderia exonerar os outros membros da diretoria, quando julgasse necessário. O mesmo artigo restringe a autonomia da entidade ao fixar que certas atitudes, envolvendo responsabilidades de ordem econômica, só poderiam ser feitas com autorização do provincial.

O SAS funcionou por alguns anos. Era uma instituição oficial, registrada em cartório e cadastrada em órgãos oficiais do governo como nas Câmaras Estadual e Federal.

⁷⁵ Estatuto da Sociedade Vicente Pallotti, Cap. I, Art. 2º. Arquivo: Paróquia Nossa Senhora da Glória.

Desses órgãos provinham os recursos financeiros para a assistência social, principalmente nos setores de saúde e educação. Não havia uma delimitação clara da sua área de atuação, o que estava determinado no estatuto tinha por referência as paróquias palotinas. Quando novas paróquias foram criadas começaram a surgir os problemas quanto à distribuição dos recursos, o que dá sentido à ressalva do colaborador em pontuar que no início deu certo, permitindo supor que essa história também foi permeada por crises.

A partir da década de 1960 com a vinda de outros religiosos a criação de duas novas paróquias – uma em Fátima do Sul, a de Nossa Senhora de Fátima, e a outra em Glória de Dourados, a de Nossa Senhora da Glória – os trabalhos religiosos e sociais foram descentralizados. Em Fátima do Sul foi criado o Movimento Social Palotino e, em Glória de Dourados, a associação dos Amigos de Vila Glória. No entanto, em termos legais essas novas instituições ficaram agregadas ao SAS, como pode ser entendido a partir da documentação referente à prestação de contas.

A documentação consultada permitiu constatar que as outras entidades que também constituíam as obras sociais da Igreja estavam vinculadas ao SAS, portanto, pelo menos para efeitos legais, a instituição agregava as demais. Na prática isso não significava completa subordinação, pois os padres divididos em diferentes paróquias realizavam seus trabalhos de forma independente, de acordo com as necessidades eram concretizados os projetos que atendiam especificamente o espaço que atuavam.

As entidades atuaram até fins da década de 1970 e início da década de 1980. Não houve dissolução oficial de nenhuma das instituições, embora no caso do SAS, o seu estatuto assim o previsse. O MSP ainda em 1969, integrou-se a outras entidades, formando a Sociedade Integrada de Assistência Social (SIAS). Além do Movimento Social Palotino, dentre outras, faziam parte dessa entidade a associação Rural, Lions Club e Rotary Club e Sociedade Caritativa Luterana. O trabalho dessa instituição esteve centrado na manutenção do Hospital Maria Machado Lemos, que passou a ter o nome da instituição.

As verbas provinham de diversos setores do poder público, e de doações de entidades estrangeiras. Para assegurar a filantropia, além da contribuição da província palotina, também se recorreria às doações, que poderiam ser feitas por particulares ou

Cáritas⁷⁶. Nesse caso destaca-se a contribuição, de uma instituição da Suíça que por intermédio, de um morador de Vicentina, de naturalidade suíça, fornecia donativos para as obras assistenciais das paróquias palotinas. Mas a participação do poder público, principalmente nos primeiros anos de atuação foi expressiva. O presidente do SAS tinha, dentre outras competências, que representar a associação perante o poder público a fim de receber auxílios. Provavelmente essa representação estava aliada à intenção de se obter o reconhecimento enquanto instituição filantrópica.

Havia todo um trabalho de articulação. Os padres faziam uso da imprensa, principalmente o padre José Daniel que constantemente escrevia artigos ao jornal *O Progresso*, relatando de forma positiva e otimista as atividades da Igreja⁷⁷. Publicações dos próprios palotinos também eram utilizadas como meio de divulgar e subsidiar as ações missionárias. Neste sentido foi promovida uma campanha através da revista Rainha dos Apóstolos. A campanha consistia em solicitar doações dos assinantes que tinham seus nomes propagados nas publicações da revista⁷⁸.

Mas a participação do poder público merece atenção, permitindo inclusive retomar a questão do relacionamento entre a Igreja e o Estado e estrategicamente dirigindo as atenções para as questões relativas ao interior da Colônia, quando a Igreja já consolidava sua liderança junto aos colonos. O Estado contribuía principalmente nos setores da educação e da saúde. A Igreja praticamente intermediava as ações do Estado para com a população, era representante dos interesses públicos locais.

A documentação financeira da paróquia assemelha-se ao que se espera de um órgão público municipal ou algo do gênero, são informações referentes a verbas recebidas de secretarias e ministérios direcionadas à paróquia para atender ao SAS e demais instituições

⁷⁶ “Artigo 4º [...] o SAS dispõe dos seguintes meios de subsistência: a) contribuição de seus associados, doações e legados de pessoas e instituições beneméritas; b) renda proveniente de trabalhos apostólicos dos palotinos; c) auxílios e subvenções dos poderes públicos”. Estatutos do Serviço de assistência social de Vila Vicentina, p. 1. Arquivo Paróquia Rainha dos Apóstolos.

⁷⁷ Nilton Ponciano, 2006, cita em seu trabalho vários artigos do jornal *O Progresso*. Enfatiza a postura do referido padre em divulgar os feitos da Sociedade Vicente Pallotti na Colônia Agrícola de Dourados.

⁷⁸ A revista *Rainha dos Apóstolos* é publicada desde 1930, pela editora Vicente Pallotti de Porto Alegre. Foram encontrados dados referentes à campanha em edições dos anos de 1960 e 1962. Arquivo: Particular.

por ele mantidas. A discriminação de recursos compreende desde atendimento às escolas até à construção de reservatórios e rede de distribuição de água⁷⁹.

Foi possível por meio de consulta a correspondências recebidas pelo pároco da paróquia Rainha dos Apóstolos perceber os mecanismos utilizados pelos líderes religiosos para receber as valorosas verbas. Nem sempre a garantia de recebimento era realizada diretamente entre o padre e os representantes do poder público. Muitas vezes entrava em cena a figura do procurador que realizava um trabalho de articulação junto aos políticos: deputados federais e senadores, para que fossem aprovadas emendas ordinárias e extraordinárias para subvenções às obras sociais das paróquias.

O trabalho de procurador com essa finalidade específica era algo ordinário naquele período. Os párocos recebiam folhetos de propaganda e oferta para prestação de serviços dessa ordem⁸⁰, pois o procurador dos palotinos, na época era Celso Viana⁸¹, e morava no Rio de Janeiro. Correspondia-se assiduamente com o padre José Daniel a quem passava informações acerca do andamento das provisões e fazia sempre questão de lembrar-lhe de sua “comissão”, que, aliás, não deveria constar na prestação oficial.

A intermediação do procurador não eximia os religiosos do contato com representantes políticos. Esses também informavam o pároco a respeito do envio de recursos ou justificavam a demora ou dificuldades de liberação. A liderança dos missionários era evidentemente algo bastante observado por essas autoridades. Os meandros dessa relação oportuna, entre autoridades religiosas e autoridades políticas, repercutiam no cotidiano dos moradores. É possível associar as referidas fontes que mostram com clareza a boa vontade de colaboração de ambos os setores, com histórias que os colonos narram e que no enredo da memória já são tratadas como “causos”. Conta, por exemplo, Eutácio Brás que:

uma vez o padre fez acordo com um certo político. Ele garantiu que arranjava tantos votos se conseguisse dinheiro para continuação das obras, trato feito, fomos então trabalhar. Não tinha muito tempo, para conversar com muita gente. Era uma noite de chuva, a gente colocava as cédulas

⁷⁹ Arquivo Paróquia Rainha dos Apóstolos – Pasta de prestações de contas, Relatório de 1966.

⁸⁰ Uma das empresas a oferecer serviços às paróquias palotinas está identificada como “auxílios e subvenções” promete agilidade e êxito no recebimento de subvenções.

⁸¹ Foram localizadas 14 correspondências do procurador Celso Viana ao Padre José Daniel, datadas entre os anos de 1964 a 1967. Arquivo Paróquia Rainha dos Apóstolos – pasta de Correspondências.

debaixo das portas, não dava para saber se ia dar certo, mas quando passou a eleição a surpresa: o padre conseguiu o dobro. Aí ele queria aumentar o dinheiro, mas não teve jeito⁸².

Na seqüência de seu depoimento o colaborador faz questão de justificar que tudo o que o padre fazia era para o bem da comunidade, e que *ele era esperto, sabia jogar*. A relação cultivada com o poder público rendeu bons resultados à Igreja, pois muito contribuiu com a sua assistência social e para a construção de seu patrimônio material. Até mesmo em relação ao funcionamento das instituições de ensino, pois eram particulares, mas seus professores recebiam do poder público, do municipal ou do estadual.

Dentro desta perspectiva cabe interpretar que havia uma parceria. A administração pública não pode viabilizar, com a emergência necessária, o atendimento da população de colonos que formavam essas novas cidades. Portanto, a Igreja ocupou esse espaço. As inscrições registradas nos Livros Tombo das paróquias demonstram claramente o quanto a Igreja envolvia-se na vida social e política das cidades, seja na inauguração da Agência dos Correios, na escavação do poço artesiano, na construção da ponte, enfim, em tudo o que dizia respeito ao cotidiano.

Com o passar do tempo essa confluência foi se reduzindo e com ela a influência da Igreja. Foi um processo gradativo, mas que representava um sinal de melhor organização pública nas estruturas administrativas no interior das cidades. As mudanças começaram a acontecer a partir da emancipação das cidades. Há alguns sinais de insatisfação da Igreja em relação a essa maior presença do poder público. Interesses econômicos estavam em jogo, como pode ser observado nesse relatório:

O prefeito de Fátima do Sul tentou abrir um ginásio municipal, um verdadeiro absurdo. O SAS, vendo o prejuízo da prefeitura e a exploração de certos pais, assumiu todos os alunos do suposto ginásio. O SAS passou a arcar com uns 60 alunos gratuitos. Não temos colaboração das autoridades locais e do povo em geral, Vicentina está em alerta⁸³.

Quando o padre reclamava das autoridades locais estava provavelmente se referindo aos vereadores, representantes do distrito. Mas o que chama atenção nas suas palavras é a

⁸² Eutácio Brás, 2006, f. 9.

⁸³ Livro Tombo da Paróquia Rainha dos Apóstolos, 1968 p. 21.

inversão de valores. Quando se refere aos problemas de sua Igreja, trata-os como se de fato fossem problemas do povo em geral, reclamava reconhecimento. Em sua concepção, os pais que trocassem o ensino particular pelo público estariam explorando a instituição religiosa e, a administração pública, por sua vez, causava prejuízos (e não serviços) ao oferecer ensino à população.

No ano seguinte, o mesmo religioso escreveu sobre o fim do convênio que mantinha professores da rede pública trabalhando em escolas particulares e lamentava a possibilidade de entregar a direção da escola para o Estado. Quanto às outras obras sociais também tiveram significativa redução da colaboração de recursos públicos, principalmente na década de 1970. Nos últimos relatórios de atividades e prestações de contas do SAS se percebe uma receita geral menor, sendo a maior parte dela oriunda de Cáritas da Suíça e de doações dos paroquianos⁸⁴.

Em seu depoimento Pe. Roberto assegura que não existia interesse financeiro por parte da Sociedade Vicente Pallotti na fundação das escolas, portanto, assim que puderam passaram as instituições para o Estado. Embora os últimos relatórios do SAS, apresentassem problemas de ordem financeira, o religioso afirmou que tais problemas não tiveram relação com a encampação das escolas. Com sua declaração o religioso tinha a forte preocupação de preservar os aspectos positivos da memória sobre as ações católica naquelas paróquias. No entanto, as evidências indicam o contrário, os problemas de ordem financeira foram determinantes para as escolas palotinas passarem ao controle do Estado.

Contudo, o espaço por tempos ocupado pela Igreja permitiu-lhe se destacar na vida política. Alguns fatos podem ser tomados como exemplo, inclusive, a participação dos religiosos nos movimentos em prol da emancipação dos municípios. Em Glória de Dourados, o padre Mateus Cassol, foi o presidente de uma comissão formada para lutar pela emancipação da cidade. Em Vicentina, atribuem ao padre José Daniel, a idéia original de tentar a emancipação, com vistas a alcançar o desenvolvimento do município. Muitas vezes os altares eram substituídos por palanques e, no lugar da homilia, um discurso político. O interesse e participação dos padres em questões políticas estão manifestados em vários de seus escritos:

⁸⁴ Arquivo Paróquia Rainha dos Apóstolos – Pasta de prestação de contas, 1977.

Novo governador. Vicentina, aos 27 de setembro de 1970, recebe a visita do governador, Sr. José Fragelli, escolhido pela revolução de 64, veio em grande comitiva [...] Organizaram na praça da Igreja, um comício monstro. Todos falaram bonito, mas Vicentina expressou suas mágoas pela perseguição que vem sofrendo da parte de Fátima do Sul. O atual prefeito ouviu tudo caladinho. O páraço, após o comício, ofereceu um farto banquete ao governador que muito gostou. Deus seja louvado, temos um governador amigo. O futuro nos falará, pois temos a promessa da emancipação de Vicentina⁸⁵.

O relato do padre também reforça a idéia de que, de fato, atritos com o poder público, local passaram a caracterizar a postura da Igreja no meio social após a emancipação das cidades. As pequenas vilas que se formaram a partir da ocupação dos colonos tratavam de se distinguir entre si, principalmente no que se referem às suas nascentes vidas políticas. O cotidiano na Colônia foi marcado por questões interessantes no que se refere à organização política. E neste aspecto, a prematura manifestação do desejo de emancipar-se caracterizou a história política de todas essas cidades.

Lideranças políticas, geralmente residentes nas áreas urbanas, formavam comissões que levavam às autoridades do Estado a reivindicação de emancipação política pontuando as justificativas para a municipalização. Adauto Nascimento, referindo-se especificamente à Vila Brasil, esclarece que dentre os principais argumentos apontados pela comissão que se formou para solicitar a emancipação política, destacavam-se o número populacional e a questão de um possível crescimento do desenvolvimento econômico. Não se verifica qualquer referência a interesses políticos ou centralização de poder por parte dos propositores. A memória referente a essa fase da história dessas cidades é bastante comprometida com a ostentação de seus agentes (em muitos casos o memorialista é um agente). Essa postura deixa transparecer a idéia de que tal iniciativa política foi gerada de um anseio coletivo, uma *proliferação de idéias libertárias* que nasciam a partir do sentimento de auto-suficiência que existia entre a população. Entretanto, é mais provável que o espaço para exercício de influências políticas ficava limitado a alguns, fazendo aflorar as manifestações de *ideais libertários*.

⁸⁵ Livro Tombo Paróquia Rainha dos Apóstolos, 1970, p. 32.

Tratando especificamente de Fátima do Sul, é comum a seguinte leitura a cerca da proposta de emancipação:

Vila Brasil já caminhava em direção à sua maioria, ou seja, a sua riqueza aqui gerada e transformada em tributos para sede Dourados era um aspecto suficientemente forte para que essas idéias libertárias proliferassem. [...] A condição de vila, era no ano de 1963, um fator que diminuía a real dimensão que Vila Brasil possuía. A renda e Riqueza da sua produção própria; o tamanho de sua população e a distância com a sede de Dourados, eram aspectos que justificavam a independência administrativa do distrito. Os moradores julgavam possuir condições de reger as riquezas aqui produzidas, aplicando-as em benefício da própria população (CAPILÉ, 1999, p. 17-18).

Vila Brasil tornou-se município em novembro de 1963, apenas 10 anos após a chegada dos primeiros colonos, foi o primeiro distrito entre os que se formaram na 2ª zona da Colônia a se emancipar. Logo após a emancipação de Fátima do Sul, Jateí e Glória de Dourados também se tornaram municípios. Já a população de Vicentina teve que aguardar mais um tempo. Por várias vezes tentaram a emancipação, mas sem sucesso, Vicentina permaneceu como distrito de Fátima do Sul por 22 anos. Padres residentes em ambas as vilas deram o seu depoimento sobre o acontecimento, cada qual defendendo o seu espaço:

Deus seja louvado! Nossa luta não foi em vão. Nossa Vila Brasil vai ser elevada à condição de município. Vejo sinais de mais desenvolvimento para esse povo sofrido, mas árduo em sua fé. Vicentina será nosso distrito, faremos o possível para trabalhar da melhor forma possível por aquele rebanho que não ficará desamparado (Pe. José Pascoal Busato)⁸⁶.

[...] comunica-se assim a maior das injustiças sociais, pois Jateí, sendo uma das capelas mais pobres da paróquia foi emancipado. É que os municípios em Mato Grosso são decretados ao som de conchavos políticos. Assim Vila Vicentina ficou pertencendo, infelizmente à Vila Brasil (Pe. José Daniel)⁸⁷.

Essas duas citações demonstram que as divisas entre as pequenas cidades tinham tomado amplas dimensões. As pequenas vilas de colonos foram aos poucos se constituindo em espaços para conflitos de interesses. Entre Fátima do Sul e Vicentina existiu uma rivalidade que se estendeu por vários anos. Os depoimentos também deixam margens a essa interpretação, de um lado a irreverência e de outro o lamento:

⁸⁶ Livro Tombo – Paróquia Nossa Senhora de Fátima, 1963, p. 23.

⁸⁷ Livro Tombo – Paróquia Rainha dos Apóstolos, 1963, p.16.

Vicentina era conhecida como a cidade das cinco quedas. Eles culpavam o povo aqui de Fátima, mas na verdade não eram só os políticos daqui que não queriam que vicentina virasse município, tinha gente de lá mesmo que atrapalhava fazendo acordo com os daqui⁸⁸.

Vicentina era pra ser bem melhor que Fátima do Sul. Eles fizeram de tudo para Vicentina não ser município, a gente só não se desenvolveu mais porque a emancipação veio tarde⁸⁹.

Em 1970, o Padre Roberto, que foi prefeito de Glória de Dourados, afirmou que saiu candidato, porque o povo reivindicara. Curiosamente, ele assegura também que, o convite para disputar a prefeitura partiu dos próprios protestantes. Sofreu até alguma resistência por parte de católicos, pois achavam que padre não tinha que se envolver com a política. Atribuiu a sua vitória, ao trabalho social que desenvolveu na cidade. A participação política dos religiosos é um reflexo da convivência que estabeleceram nas cidades, desde a sua formação e processo de desenvolvimento, na década de 1960.

Esse tipo de envolvimento de padres em questões políticas acabava implicando em problemas em seus trabalhos religiosos e assistenciais. As entidades assistenciais de Glória de Dourados e Fátima do Sul foram criadas após as duas cidades serem emancipadas. Como Vicentina não havia conseguido êxito em seu pedido de emancipação, criaram-se rivalidades entre lideranças políticas principalmente de Vicentina e de Fátima do Sul. Diante do clima de rivalidade se processou a separação dos trabalhos assistenciais, sendo que as paróquias já tinham sido divididas sob alegação de já existir *uma separação de fato*⁹⁰.

Em meio a todos os aspectos até então levantados não se pode deixar de analisar o campo religioso propriamente dito, ou seja, como se caracterizou a vivência da fé católica pelos colonos e como a Igreja se direcionava na prática de sua ação apostólica. Para fazer essa análise vale apresentar algumas das representações acerca das manifestações católicas no Brasil.

⁸⁸ Astrogildo Leal, 2004. f. 5.

⁸⁹ Eutácio Brás, 2006, f. 10.

⁹⁰ Livro Tombo Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Histórico da Paróquia, 1963, p. 1.

Bakker⁹¹ trabalha com a concepção de que existem duas tendências predominantes na prática do catolicismo: o catolicismo oficial, caracterizado por um conjunto de valores referentes à política, comunidade e consciência histórica, valores estes que estariam voltados à evangelização racional; e, a outra tendência, o catolicismo popular, entendido como uma manifestação negativista que, embora revestida de uma representação do contato direto entre o homem e seu Deus, isso se dá de uma forma passiva e individualista.

Azevedo⁹², já trabalha com uma concepção mais abrangente onde identifica quatro padrões distintos na atuação católica: O catolicismo cultural, embasado na educação comunitária ou familiar, *o chamado católico de berço*; o formal, que prioriza a fé e a vivência doutrinária, bem como os valores morais que condição necessária à salvação; o terceiro seria o catolicismo tradicional, onde a participação aos rituais católicos se tem uma conotação social, é caso da presença nos rituais de sacramento; por último também fala o autor no catolicismo popular, com uma interpretação semelhante à de Bakker, enfatiza a crença no sobrenatural e também o caracteriza como dotado de conformismo.

Da mesma forma que numa perspectiva geral não é possível tratar o catolicismo como homogêneo, o mesmo não se faz dentro uma perspectiva restrita. No estudo em questão ficam claros os sinais do catolicismo oficial, incentivado pelas lideranças religiosas. O catolicismo popular, por sua vez, também estava presente, um elemento que constituía a cultura religiosa do migrante, principalmente os de origem nordestina. Os missionários faziam constantemente críticas à conduta religiosa da população, mencionando elementos como credices e superstições, tratando sempre de justificá-las pela sua ignorância. Entretanto não ficou claro a que tipos de credices se referiam.

Após anos de trabalho já se vê a evolução de nosso povo, tanto material como espiritual, já não é tão necessário combater as credices, nosso povo têm aprendido o verdadeiro sentido da fé⁹³.

A ignorância religiosa se avoluma e o povo está sempre mais insolente, apesar de certos progressos com os estudantes. [...] Será meu objetivo incentivar o ensino para chegarmos a um grau mais elevado de cultura intelectual e religiosa⁹⁴.

⁹¹ BAKKER, Nicolau, 1974, p. 546-547.

⁹² AZEVEDO, Tales, 1969, p. 122-123.

⁹³ Livro Tombo – Paróquia Nossa Senhora da Glória, 1964, p. 23.

⁹⁴ Livro Tombo – Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, 1963-64, p. 21.

Quanto à postura adotada pela Igreja na direção de seu trabalho apostólico cabe ressaltar que, inicialmente, os missionários eram os condutores absolutos de seus trabalhos religiosos. Posteriormente, começou a se desenvolver uma tímida atuação leiga, a sociedade passava a ter a oportunidade de participar de forma mais efetiva da vida religiosa. Os principais movimentos religiosos, que representaram essa abertura à participação dos fiéis, foram as Congregações Marianas, o Apostolado da Oração e os Concílios de leigos, realidade ligada a um contexto geral da Igreja católica. Era um processo de repercussão do Concílio do Vaticano II, que propunha inovações na Igreja, sobretudo, no seu campo apostólico⁹⁵.

No contexto geral, as inovações propostas pelo Concílio, associadas a outros fatores como o pontificado de João XXIII e à Conferência Episcopal Latino Americana, tomou dimensão acentuada a ponto de se introduzir um discurso voltado à crítica ao capitalismo, fazendo emergir uma distinção ideológica que separava conservadores e progressistas. Era um discurso que se fundamentava num modelo de cristianismo social relacionado a uma representação do Evangelho que se enquadrava dentro de uma perspectiva de preocupação e ocupação com problemas materiais⁹⁶.

Quanto aos palotinos, essas inovações vinham de encontro aos princípios supostamente, norteadores de suas ações missionárias, ou seja, o que eles denominam de “O carisma de Pallotti”, a idéia do apostolado universal, mas que até então não se percebia qualquer manifestação desse ideário e suas atuações. A partir do concílio passam a acontecer pequenas mudanças, a exemplo delas as missas, anteriormente em latim, passaram a ser celebradas em português.

O que realmente se destacava era a postura conservadora dos palotinos. O Pe. José Daniel por exemplo, criticou a decisão da Igreja em adotar a prática “liberal” de entregar a comunhão nas mãos.⁹⁷ Criticou, também a ação administrativa da província, fazendo referências aos progressistas. Este que havia se afastado, quando retornou, não encontrou seu substituto, expressou sua reação furiosa frente a atuação dos progressistas

⁹⁵ *A igreja no mundo de hoje*: Concílio Vaticano II. Documentos pontifícios. Org. CHOPPNBRG. Petrópolis: Vozes, 1968.

⁹⁶ Sobre o assunto ver MARIN, Jerri, 2000 e BEOZZO, José Oscar, 1988.

⁹⁷ *Aos 13 de julho de 1975, recebemos uma circular permitindo a comunhão pelas mãos. Mais uma inovação para acabar com a religião*. Livro Tombo –Paróquia Rainha dos Apóstolos, 1962, p. 42.

Padre Benito fugiu antes do tempo, e depois recebi uma carta desaforenta da província dizendo que não voltava mais. É um documento de como agem os progressistas... A província caiu na heresia do humanismo, na perseguição dos fiéis na doutrina de Cristo. Penso que este Pe. não prosseguirá na sua missão, os progressistas estão me perseguindo⁹⁸.

De fato o movimento progressista católico não repercutia com muita expressão nessas áreas agrícolas. O que pode se constatar como uma débil repercussão, é a necessidade dos padres incentivarem a formação de sindicatos de trabalhadores rurais em Fátima do Sul e Glória de Dourados, e a formação da Comissão Pastoral da Terra, também em Glória de Dourados, na década de 1970.

Os palotinos não “reinaram” sozinhos enquanto instituição religiosa no espaço da colônia. Outras religiões também atuaram como atuam até os dias atuais. As relações oscilavam, em alguns momentos eram amistosas e, em outros, conflituosas, as opiniões a esse respeito, também são variadas. A realização de obras sociais, de iniciativa dos palotinos, teve em alguns momentos, a colaboração dos protestantes. Até cultos ecumênicos foram realizados em Glória de Dourados. Por outro lado, também encontramos relatos, como o de um páraço de Fátima do Sul, onde revela o seu descontentamento com outras religiões dizendo que: *as seitas religiosas são muitas e atrapalham o trabalho religioso*.

Os protestantes (especialmente os tradicionais) são lembrados também como promotores de ações que beneficiaram a comunidade e, em alguns momentos, trabalharam juntos com os palotinos. Isso reforça a concepção de que a própria realidade da colônia, marcada por carência de ordem estrutural, condicionava a cooperação e o espírito empreendedor⁹⁹. Existiram algumas tímidas experiências de mobilizações ecumênicas, mas, o que marcou a relação entre católicos e protestantes no interior da colônia foram os atritos e manifestações de desagrado entre os mesmos.

Para Ponciano¹⁰⁰, a atuação da Igreja Católica na Colônia Agrícola de Dourados teve como princípio norteador o ideal da Neocristandade, fator que condicionou o predomínio de expressiva rivalidade entre Católicos e Protestantes. Um tipo de manifestação que não surpreende, pois é uma característica que tende a se reproduzir em

⁹⁸ Livro Tombo – Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, 1962, p. 47.

⁹⁹ Sobre o assunto consultar CAPILÉ, 1999 e LIMA, 1982.

¹⁰⁰ PONCIANO, N. Op. Cit, p. 186.

diferentes espaços e períodos da história, como retrata Vasconcelos, ao estudar a reação de D. Francisco de Aquino contra a liberdade de culto que passava a ser assegurada pela constituição de 1891. Num discurso que teve ampla divulgação em vários Estados brasileiros, o Bispo repudia a expansão protestante associando-a ao imperialismo norte-americano corruptor de almas católicas¹⁰¹.

Por ocasião da emancipação política da antiga Vila Brasil, foi realizado um plebiscito para a escolha do novo nome da cidade. A eleição acabou resultando num espaço para um conflito religioso. Concorreram às eleições várias denominações, dentre elas duas ganharam destaque: Fátima do Sul e Culturama. A primeira denominação fazia referência a *Nossa Senhora de Fátima*, padroeira da cidade o que garantiria um legado de identidade católica à cidade. Por outro lado, Culturama, segundo o padre Aquiles Bedin¹⁰², significava *lugar de muitos cultos*, o que enaltecia a religião protestante.

Ambas as partes desenvolveram uma campanha pelo nome de sua preferência. Os padres utilizaram recursos de propaganda como carro de som, de propriedade da paróquia, que também serviu para o transporte dos eleitores no dia da eleição. O nome vitorioso foi Fátima do Sul, resultado que orgulhou os padres, que aparentemente tinham mais convicção na associação do protestantismo ao nome culturama do que os próprios protestantes

Em 09/06/65, no prédio da prefeitura Municipal houve eleições democráticas para a escolha do novo nome da cidade e município de Vila Brasil. Eram 10 os nomes candidatos. Os mais votados foram Fátima do Sul e Culturama. O prefeito foi “Fátima do Sul”, que venceu com margem de 10 votos. Deve esta vitória aos padres, os quais não mediram esforços em favor da escolha do nome da padroeira da paróquia¹⁰³.

Embora todo o orgulho expresso pelo pároco, cabe observar que essa diferença de 10 votos é, no mínimo, intrigante, pois cerca 70% da população era católica, portanto ficam dúvidas se a campanha foi tão bem feita, ou ainda se apropriação do nome Culturama pelos protestantes ocorreu de fato. Apesar de o plebiscito ter sido facultativo é estranho que a população católica, ciente das respectivas representações colocadas em sufrágio, não ter comparecido em massa para fazer valer seus interesses.

¹⁰¹ VASCONCELOS, Cláudio Alves, 2002, p.137-38.

¹⁰² BEDIN, Aquiles Pio, 1995, p. 52.

¹⁰³ Livro Tombo – paróquia Rainha dos Apóstolos, 1965, p. 26.

Mesmo com as contradições o acontecimento narrado é mais um elemento que permite perceber o envolvimento da Igreja com a sociedade que se formou nesse espaço da CAND. Os reflexos desse trabalho são manifestados pela memória local, em escritos, depoimentos, tradições que são mantidas, enfim todo um enredo representativo que merece ser interpretado, pois é fundamental para o conhecimento e análise desse contexto histórico.

Memórias e memorialistas: manifestações de uma identidade católica

Já se passaram mais de 50 anos do início das ocupações na 2ª Zona da Colônia Agrícola de Dourados. Satisfatoriamente, ainda podemos conhecer e analisar a representação construída pelos os agentes dessa história. O colono expõe sua memória, seja através dos depoimentos ou através das produções gráficas. E para proceder com a interpretação dessas preciosas fontes, é necessária a consciência de que a representação que ele mesmo faz de seu passado está certamente vinculada ao seu presente.

O próprio cotidiano, as tradições, a estrutura arquitetônica também são manifestações da memória coletiva. Associadas a outros elementos e outras formas de manifestação oferecem subsídios para perceber a continuidade de um processo histórico do qual essa sociedade continua a fazer parte.

Algumas características predominam na exposição da memória. Os colonos em geral quando relatam suas memórias, costumam valorizar sua trajetória na vida social de sua cidade, desde a origem. A descrição do cenário de dificuldades faz com que a idéia de coragem e heroísmo esteja destacada em sua representação. O atributo de pioneiro lhe é enaltecedor, sendo que o conceito de pioneiro que empregam está relacionado simplesmente à idéia de fundador.

Eu fui um dos primeiros a chegar por aqui. O negócio na beira do rio tava embaraçado, por isso eu me pus a abrir picadas. Umas partes já tavam aberta, por que, a bem verdade, os primeiros lotes mesmo foram os dos japoneses. Nessas coisas que tem por aí eu nunca fui chamado como pioneiro. Eles só gravam quem é peixe deles, mas eu fui um dos

primeiros. Nas primeiras noites por aqui, as companhias eram as onças que ficavam rondando o rancho¹⁰⁴.

Os colonos que, em sua grade maioria eram migrantes, gostam de representar suas histórias denominando-se com o adjetivo de “desbravador”. Os memorialistas exaltam em suas produções, a coragem dos colonos que enfrentaram a selva e se estabeleceram no sul de Mato Grosso¹⁰⁵. A dura, porém saudosa terra de origem é sempre ressaltada. O fato de considerar a vida anterior à Colônia, também difícil, ajuda a reforçar a idéia do heroísmo tão presente na produção da memória, como bem pode exemplificar os trechos destacados a seguir:

Me criei lá no sertão
Aonde meus pais vivia
Ano seco atrás do outro
De fome ninguém morria
Só que quando dava certo
Comia uma vez por dia [...]

Em janeiro de 58
Eu saí com minha amada
Fui morar em Mato Grosso
Lá eu fiz uma parada
Fiquei lá em Vila Glória.
Ó que terra abençoada¹⁰⁶

Sonhavam com uma terra dadivosa, uma espécie de Canaã, “onde correria leite e mel”, esperavam por termo à triste da semi-escravidão, sob o domínio dos patrões opressores tiranos e cruéis. E nesse terreno abençoado se instalaram milhares de família [...] acontecimento tão esperado foi como um raio de luz que atravessando as trevas da miséria vinha iluminar meus caminhos [...] Era um sonho que se transformava em realidade [...]¹⁰⁷.

Como a maior parte dos colonos era de origem nordestina, essas dificuldades mencionadas pelos dois memorialistas se reproduzem em várias outras manifestações. A *seca e a cerca*: dois elementos que fortemente contribuíram para a saída do nordestino de

¹⁰⁴ Osvaldo Nascimento, 2003, f. 2. “Ao falar essas coisas que tem por af”. Provavelmente o colaborador está se referindo a homenagens que são prestadas a esses primeiros moradores. São eventos que geralmente acontecem durante festejos que celebram os aniversários das cidades.

¹⁰⁵ Dentre os memorialistas merecem destaque, Alexandrino LIMA e José de Azevedo, ambos de Glória de Dourados.

¹⁰⁶ SILVA, Enofre Bernadino. In: *Poetas Gloriadouradenses*, s/d, p. 14; 16.

¹⁰⁷ LIMA, 1982. p. 11.

sua terra. Nota-se uma realidade representativa de sonhos, perspectivas, decepções e ambições, elementos sempre presentes quando expõem suas memórias.

Já foram apresentados nesse trabalho vários aspectos que apontam para a concepção de que a Igreja, personificada pelos padres palotinos, integrou-se desde o início ao cotidiano dos colonos. A memória com certeza é o primeiro fator a conduzir as análises para essa direção. A ênfase varia de um autor (ou depoente) para outro, mas todos os consultados fizeram referências à participação da Igreja.

Adauto Nascimento quando se refere à atuação da Igreja Católica¹⁰⁸ enaltece o trabalho dos palotinos justificando-o como decisivo para a história da cidade. Seus comentários são reforçados por Cláudia Capilé, que descreve o significado da atuação dos sacerdotes fazendo as seguintes referências:

A chegada do padre José Pascoal Buzatto, em dezembro de 1956, representou para o município uma nova fase em sua evolução, trazendo humanidade, união de propósitos e afetividade nas relações. Inúmeras obras foram iniciadas e gerenciadas através do padre José Pascoal. Funcionando como um *guru*, um consultor e estimulador de toda uma população, o querido padre chegava a extrapolar suas funções paroquiais, envolvendo-se em tudo que representasse melhorias à comunidade, independente do credo. Sua preocupação com os mais carentes sempre foi uma de suas características. Foi durante sua permanência neste município que conseguiram se concretizar diversas obras como o hospital da SIAS; Instituto D. Pedro II; Introdução do Movimento Social Palotino, que criou e administrou as escolas de datilografia, corte costura, culinária, hortas comunitárias, dentre outras; alteração do nome da cidade, cuja iniciativa encabeçou desde o princípio; convênios com institutos internacionais para recepção de alimentos etc.¹⁰⁹.

Quando os palotinos passaram a fazer parte da história da formação daquelas cidades, desenvolvendo ações que caracterizavam como missionárias, conquistaram espaços fundamentais no meio social e político. O contexto social de formação e organização possibilitou que os padres tivessem uma posição de destaque. Eram autoridades religiosas, que em meio a uma população de *cidadãos simples*, como diziam, conquistaram o respeito e a colaboração no trabalho que se propuseram a realizar. A

¹⁰⁸ NASCIMENTO, Adauto, 1983, p. 23. O autor é advogado e foi morador de Fátima do Sul.

¹⁰⁹ CAPILÉ, 1999, p. 50-51.

memória coletiva manifesta o reconhecimento do trabalho missionário dos palotinos, atribuindo a eles as conquistas iniciais daquelas comunidades.

No entanto, era uma condição que também inspirava rivalidades e conflitos. Os religiosos tomavam posições e centralizavam influências, a resistência à formação de sindicatos é um exemplo disso. Mas apesar dos problemas os missionários tinham o reconhecimento da maioria da população. Assim se manifesta o memorialista José de Azevedo, num poema em homenagem ao padre Mateus Cassol, por ocasião de sua morte:

Em nossa comunidade deixou, nos velhos e na juventude, o exemplo de sua virtude e ao próximo todo amor, lutou por toda caridade ajudou a construir nossa cidade aqui, derramando seu suor.

Na hora de nossa Vila Glória se transformar em novo município juntando com saber e valentia, cumpriu seu dever de cidadão, abraçou a causa com grande paixão e cumpriu com honra a cidadania.

Independente da contribuição social, também é destacado que a religiosidade tinha a importância fundamental para as comunidades nascentes:

Os católicos da cidade pediam um padre que administrasse os trabalhos espirituais, e não os deixasse esquecer a religião, e para tanto, em 25 de fevereiro de 1961, chegava o Pe. Roberto Fulco do Nascimento, [...]. Foi uma alegria generalizada [...]. Agora teriam assistência espiritual que tanta falta fazia, principalmente quando o pessimismo ameaçava tomar conta de nossos corações¹¹⁰.

O padre também falou a respeito desse evento interpretou o fato como algo pertinente à época e ao lugar, mas salientou que a boa acolhida lhe foi significativa para a constituição de um vínculo entre o sacerdote e a cidade:

Hoje em dia algo assim não aconteceria. Tu sabes o quanto as gerações têm mudado. O povo que chegou por aqui era um povo religioso, o nordestino é gente de muita fé. Para muitas daquelas pessoas a Igreja e o padre eram tão importantes quanto o hospital e o médico [...] Fui muito bem recebido, por isso mesmo fiz tantos grandes amigos por ali, procurei desenvolver um trabalho a altura¹¹¹.

¹¹⁰ LIMA, 1982, p. 27-28.

¹¹¹ Pe. Roberto Fulco do Nascimento, 2000, f. 3.

Além das produções, as cidades conservam tradições que tiveram origem na fase inicial dos trabalhos, como os festejos religiosos que conotam uma identidade católica às cidades. Em Glória de Dourados, no mês de agosto uma semana é dedicada às comemorações pela sua padroeira, Nossa Senhora da Glória. Em Fátima do Sul são realizados dois principais eventos, pelo dia de Nossa Senhora dos Navegantes, com a tradicional procissão em barcos pelo rio Dourados e a celebração por Nossa Senhora de Fátima sua padroeira. Em Vicentina, além dos festejos em homenagem a Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, existe o Santuário de Santa Terezinha, visitado pela população e por romeiros que vêm de várias outras regiões¹¹².

Essas celebrações, além de seu caráter sagrado, são também mecanismos utilizados para arrecadar os recursos financeiros para a manutenção das paróquias e os eventos sociais que, de forma tradicional, fazem parte do cotidiano da sociedade.

Iniciativas políticas tomadas, tanto nos dias de hoje como no passado, também colaboram com a repercussão dessa memória religiosa. Os nomes das três cidades têm ligação com a missão palotina. Vicentina, onde se estabeleceu a primeira sede paroquial, recebeu este nome, escolhido pelo Pe. Daniel, em homenagem a São Vicente Pallotti, fundador da ordem palotina. A primeira denominação da localidade, onde hoje é Fátima do Sul, foi Vila Brasil, nome sugerido por um padre franciscano durante a celebração de uma missa, no povoado que se formava. A denominação de Vila Brasil, foi pela quantidade de migrantes, de várias regiões do país. Fátima do Sul, nome escolhido em plebiscito, teve a influência dos palotinos que desenvolveram uma campanha em prol deste nome, que sugere uma identidade católica. O nome do município de Glória de Dourados associa-se também ao discurso do religioso palotino, que numa celebração em praça pública elogia a localidade, ainda distrito de Dourados, dizendo que a aquela vila seria a *glória de Dourados*.

Os missionários são lembrados através de denominações de ruas, instituições de ensino e estabelecimentos comerciais. No caso de Vicentina dois feriados municipais foram decretados em virtude do aniversário de falecimento de dois missionários, os padres José

¹¹² Sobre Assunto pode-se consultar Alonso Valeska, 2005.

Daniel e Roberto¹¹³. As escolas, que são reconhecidas como “obras dos palotinos” acabam por transmitir essa memória, ali são tomadas as iniciativas para preservação¹¹⁴. Em Fátima do Sul, por exemplo, na escola cujo prédio foi construído pelo estado, em substituição ao que foi fundado pelos palotinos, se preserva o nome de origem, ou seja, São Vicente Pallotti, e, segundo sua diretora¹¹⁵, no cotidiano escolar, são tomadas iniciativas para preservar o espírito religioso. Um resultado dessas iniciativas, segundo a observação da diretora, é a adesão total dos alunos às aulas de ensino religioso, hoje, facultativo nas escolas.

Dentre as três cidades, formadas a partir da chegada dos colonos, foi possível observar que, em Vicentina, as manifestações de memória voltada à influência da Igreja estão ainda mais presentes. A representação em torno da história do padre José Daniel o aproxima de um mito, comenta-se muito sobre seu temperamento enérgico, mas até isso é utilizado para se compor a boa imagem do missionário:

Nós devemos tudo ao padre Daniel. Desde o nome aqui da cidade, pois foi ele que colocou, até... tudo o que a gente vê aí construído. Ele era padre, era professor, médico... ele tinha conhecimento, e ajudava o povo de toda essa redondeza¹¹⁶.

Ele era muito bravo. Tinha gente que deixava de estudar com medo dele. Ele aplicava castigo mesmo. Mas hoje a gente vê que aquilo era como a atitude de um pai severo. Ele detestava ignorância. A gente era muito ignorante e ele queria ver a gente crescer. Tem muitas coisas da prática pedagógica que foram inspiradas no padre Daniel e uma delas é amar o que eu faço¹¹⁷.

Essa presença marcante dos agentes religiosos na memória dos colonos e de seus descendentes permite interpretar que a idéia de coletividade fazia parte das relações sociais que os colonos construíram. Além da conquista de seus anseios particulares, da própria terra e de outros bens materiais, o colono também trabalhou pela construção dos bens

¹¹³ Decreto de Nº13, de 02/12/89. Instituiu o feriado o dia 08/12, em homenagem ao padre José Daniel. Decreto Nº 38, 05/09/2006. Institui feriado o dia 12/09, em razão do aniversário de falecimento do Pe. Roberto Fulco do Nascimento.

¹¹⁴ Ainda me recordo a primeira experiência que tive com essa representação. Em 08/12 1986, meu primeiro ano de estudo no Colégio Pe. José Daniel, participei de uma atividade extra-classe onde o diretor da escola (professor de história) nos reuniu em frente à estátua do padre e ali pronunciou um discurso sobre a vida do sacerdote e a sua história na cidade.

¹¹⁵ Elcira Lemos, 2000 f. 3.

¹¹⁶ Eutácio Brás, 2006, f. 8.

¹¹⁷ Izabel Gonçalves Lima, 2006, f. 3.

públicos. A sua participação nos projetos da Igreja foi uma escolha que também garantiu o desenvolvimento social do lugar que havia escolhido para viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização, no antigo Sul de Mato Grosso, esteve associada à expansão capitalista e à preocupação com a segurança de suas fronteiras. O poder público tomou iniciativas para promover a inserção desse Estado na economia brasileira, ampliando assim o mercado consumidor no país. Para isso seria necessário desagregar latifúndios, para que surgissem pequenas propriedades. Através das políticas de colonização o poder público esperava atrair para o Estado de Mato Grosso um grande contingente populacional. Para garantir a segurança interna do país era necessário povoar suas áreas fronteiriças, e, partindo desse pressuposto, foi incrementada a campanha *Marcha para o Oeste* caracterizada pelo apelo ao patriotismo, incentivando os brasileiros a migrar para os “espaços vazios”.

Um conjunto de fatores condicionou a esperada onda migratória para o Sul de Mato Grosso. O contexto socioeconômico e político do país, durante o Estado Novo, influenciou o governo em seus projetos. Tendo inaugurado, em 1937, seu governo autoritário e centralizador, Vargas preocupou-se em se aproximar da “massa”. A suposta reforma agrária poderia amenizar problemas sociais como a questão da terra no nordeste e o crescente índice populacional nas cidades.

Com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a migração para o Sul de Mato Grosso se intensificou. A promessa da terra representava para os trabalhadores rurais a oportunidade, quem sabe única, de realizar um sonho antigo. Os colonos que chegaram primeiro, se estabeleceram nas áreas demarcadas pela administração da Colônia. Quem chegou depois teve que batalhar para conseguir um lote além das áreas demarcadas, ou seja, na 2ª Zona, do outro lado do rio Dourados, à margem direita, onde seria fundada a Vila Brasil.

Os migrantes se tornaram posseiros, hoje se vangloriam ao falar da dimensão maior da luta que tiveram que travar para a aquisição da terra. Para esses migrantes, a travessia do rio, que separava a área já ocupada pelos primeiros colonos, da outra ainda a ser demarcada, constituiu-se apenas no início de uma difícil luta pela aquisição de uma propriedade rural.

Eles tomaram posse e demarcaram seus lotes sem qualquer apoio legal, criando assim uma situação litigiosa. Muitos conflitos ocorreram durante essas ocupações. A ocupação ilegal e conseqüentes conflitos se deram em grande parte devido à ineficiência administrativa da Colônia, que não adequou seus trabalhos à crescente demanda de ocupações nos anos de 1950. Tal conjuntura permitiu que a CAND, caracterizada como colonização dirigida, adquirisse aspectos de uma colonização espontânea.

Muitos dos migrantes eram nordestinos, chegavam à Colônia trazendo na bagagem as lembranças das difíceis condições vividas na terra de origem e o sonho de adquirir seu pedaço de chão. Também encontraram dificuldades na Colônia, no entanto, estavam constituindo uma nova sociedade e as dificuldades foram aos poucos superadas, pois o esforço coletivo foi um dos principais aspectos do processo de organização dessa nova sociedade.

Superar as dificuldades era uma luta que se somava à luta pela terra. Os colonos se preocuparam em criar mecanismos que tornassem a vida na colônia mais fácil. A própria formação das cidades ocorridas de forma alheia aos projetos oficiais, constituiu-se num reflexo dessa predisposição por parte dos colonos, em tomar iniciativas que julgassem necessárias à sua permanência na Colônia.

O trabalho com a terra foi a principal atividade desenvolvida na Colônia. A princípio, era praticado de forma simples, sem utilização de maquinários e a comercialização da produção era realizada em pequena escala. Essa característica predominou até meados da década de 1960, quando alguns sinais da mecanização já despontavam. Juntamente com os trabalhadores rurais, outras pessoas chegavam às vilas que se formavam na Colônia e se dedicavam a outras atividades como o comércio e a pequena indústria.

A colonização representou para a Igreja a oportunidade de expandir seus trabalhos. Seguindo uma tendência que se assemelhava à conjuntura nacional, a Igreja pode atuar em consonância com o Estado (promotor do projeto de colonização). A inserção das missões católicas contou, em muitos momentos com a colaboração dos órgãos oficiais do governo, com doações de terrenos para instalação e construção de Igrejas.

O desenvolvimento da Colônia, a partir da intensificação das ocupações, despertou nas lideranças religiosas locais, um clima de otimismo em relação à possibilidade de redimensionar seus trabalhos, até então restritos à região central de Dourados, onde disputava influência com outras religiões, principalmente protestantes tradicionais. Para a Igreja a Colônia passou a ser vista como um lugar de missão, e, sendo assim, passou a acompanhar e apoiar a expansão das ocupações. A chegada de novas ordens religiosas representava reforços para a ampliação de ações missionárias.

Dessa forma, a organização social na Colônia teve forte influência da Igreja Católica. Algumas ordens religiosas masculinas e femininas desenvolveram trabalhos missionários vinculados diretamente ao cotidiano do colono. Os padres palotinos estiveram presentes na 2ª Zona da CAND desde a abertura dos lotes rurais com o desenvolvimento de vários trabalhos sociais, como criação de entidades sociais, construção de escolas e outras ações.

O conjunto de ações desempenhadas pelos palotinos na Colônia recebeu a denominação de *Missão Palotina*. Além do aspecto religioso, demonstrado a partir da criação de paróquias e estruturação dos trabalhos pastorais, os padres passaram também a participar de iniciativas que envolviam outros aspectos da sociedade. O contexto caracterizado pela formação das pequenas cidades, ainda desamparadas pela assistência de órgãos públicos deixava um espaço a ser ocupado. Por essa razão o colono apoiou-se na instituição religiosa, como parceiros em várias iniciativas que podiam proporcionar melhoria em suas instalações naquele meio social.

Fátima do Sul, Vicentina e Glória de Dourados são cidades que nasceram a partir da ocupação dos colonos. Nelas são encontrados sinais de um período em que a presença da Igreja representava algo mais do que a vivência da fé. Entre as iniciativas que sinalizavam para a caracterização desse perfil de trabalho está, principalmente, a formação de grupos escolares. A educação foi o ponto central na atuação dos palotinos.

Nesse processo, nota-se que o público e o privado muitas vezes se confundem. O principal meio utilizado pela Igreja, para realizar os projetos que propunha à comunidade, era a criação de entidades assistenciais. Nesse trabalho destacamos principalmente a

Sociedade de Assistência Social que, por pelo menos duas décadas, funcionou como um órgão oficial que recebia verbas públicas para a realização de obras sociais.

A interpretação de que público e privado se confundiam reside no fato de que o propósito da instituição era promover a filantropia. No entanto, o patrimônio material construído pertencia à Sociedade Vicente Pallotti e, parte do ensino oferecido nas escolas, também era particular. A Igreja através de seus órgãos de assistência social intermediava as iniciativas de ordem pública.

Essa característica revela que houve uma continuidade na relação recíproca entre a Igreja e o Estado, configurada desde o início do governo Vargas. Mesmo após o fim desse período da história política a Igreja ainda colaborou com o Estado, nesse caso, com a formação de novos núcleos urbanos. O poder público não acompanhou o desenvolvimento das ocupações a contento, mas contou com a Igreja que atendeu o colono na estruturação do seu novo meio social.

A conjuntura em questão rendeu à Igreja uma posição de destaque na sociedade, elemento que se comprova pela sua intervenção em assuntos de ordem política. Os limites entre os altares e os palanques políticos ficavam bem estreitos. O próprio aparato burocrático da Igreja não se ocupava em separar aquilo que designava como próprio da ação religiosa, de outros elementos que se vinculavam à política.

O contexto passou a se transformar justamente quando o poder público foi demonstrando maior disponibilidade em exercer seu papel social. Foi possível perceber que a partir do início dos anos de 1970, os setores da política local passaram a se estruturar melhor, inclusive com a participação de representantes políticos da localidade. O avanço na organização política das cidades foi gradativamente reduzindo a participação e a influência da Igreja. A diminuição dos recursos provenientes dos poderes públicos passou a dificultar o desenvolvimento das ações da Igreja que passou a contar apenas com a colaboração dos paroquianos e de instituições estrangeiras beneficentes.

A memória referente a esse contexto histórico tem uma tendência em manifestar, de forma bastante positiva, a atuação da Igreja. Os valores cristãos (que já se constituíam em elemento cultural trazido pelos colonos) precisavam ser cultivados no novo meio que estavam construindo. Nessa perspectiva a Igreja tornou-se um instrumento de integração

social que favoreceu o desenvolvimento de ações coletivas que convinham ser praticadas no cotidiano da Colônia. Essa é uma interpretação que ficou expressa nos depoimentos dos migrantes, evidenciando o papel da Igreja Católica no processo de organização social das cidades referenciadas.

O cotidiano estudado constituiu-se, portanto, de características marcantes. Um cenário típico de regiões interioranas, permeados por elementos como a cultura da fé, o trabalho e iniciativas coletivas. No caso dos colonos da 2ª Zona da CAND, soma-se ainda a luta pela terra, fator primordial que motivou tantos brasileiros a migrar para o antigo Sul de Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Valeska Camargo. A festa de Santa Terezinha do menino Jesus em Vicentina 2005, 17 f.. Iniciação científica (História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979. 268 p.

AMARAL, Inês M. Bitencourt. *Entre rupturas e permanências: a Igreja católica na região de Dourados (1943-1971)*. 2005, 125 f. Dissertação (História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS.

ANDRADE, Claudete Soares de. *Missões Palotinas em Mato Grosso do Sul: um estudo sobre as missões em Fátima do Sul, Vicentina e Glória de Dourados*. 2000. Iniciação científica (História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS.

ANDRADE, Claudete Soares de; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. Missões palotinas em Mato Grosso do Sul: religião e sociedade. *I Simpósio Internacional Sobre Religiões Religiosidades e Cultura* (cd room). UFMS – Dourados, 2003.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: Os trabalhos da Mate Laranjeira*. Londrina: UEL, 1997.

AZEVEDO, Tales de. Catolicismo no Brasil? *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis: Vozes, ano 63, nº 2, fev. 1969, p. 121-136.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p. 23-79.

BAKKER, Nicolau. Romarias: questionamentos a partir de uma pesquisa. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, fasc. 135, set. 1974. v. 34, p. 546-557.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização: 273 – 341. In: HISTÓRIA geral da civilização brasileira. *O Brasil Republicano*. (tomo III), V. 4: Economia e Cultura. (1930 – 1964), São Paulo: Difel, 1984.

CARLI, Maria A. Ferreira. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados: colonização e povoamento (1946-1956)*, 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

DAL SOCHIO, Mirian Terezinha. *A luta pela terra na Colônia Agrícola Nacional de Dourados na década de 50: um estudo de caso*. 1997, 37 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930 – 1950)*. São Paulo: HICITEC, 1998, 267 p.

GARRIDO, Joan Del Alcanzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: *Memória, História e Historiografia: Dossiê Ensino de História*. ANPUH. Ed. Marco Zero, SCT – CNPq – FINEP, S/D.

GRESSLER, Lori Alice; SWESSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1998.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Melo. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados: L. Gressler, 2005, 220 p.

GUARINRILLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 28, p. 281 – 193, 1994.

IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

INAGAKI, Edna Matsue. *Douradossu: Caminhos e cotidianos dos Nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*, 2002. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

JÚNIOR, Manuel Diéguas. Populações rurais brasileiras. In: OLIVEIRA, Ariovaldo V. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. Ed. Nacional, 1972, p. 157.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas: UNICAMP, 1985.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos Católicos no Brasil*. Hipótese para uma interpretação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

MARIN, Jerri Roberto. *O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. 2000, 566 f. Tese (História) – FCL/UNESP, Assis.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise no Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MATOSO, José. *A escrita da História: teoria e métodos*. 3 ed. Lisboa: Ed. Empresa Universitária, 1978.

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo: Ed. Loyola 1996. 78 p.

MOTA, Ivanete Oliveira da; SILVA, Maria Celeste Rodrigues da. *A reprodução camponesa em Fátima do Sul*. 1998. 171 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

OLIVEIRA, Benícia C. de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 – 1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937 – 1945: O Discurso da História. *Fronteira – Revista de História da UFMS*, Campo Grande, v1, n. 2, p.13 – 25, jul./dez. 1997.

PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, Religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul (1943-1965)*. 2006. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

PONCIANO, Nilton Paulo. Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul. *Fronteiras – Revista de História da UFMS*, Campo Grande, v. 6, n. 12, p. 131 – 153, jul/dez. 2002.

PRADO, Joana Medeiros. *O eldorado de Dourados: A Colônia dos Baianos e a Colônia Café Porã – 1950 a 1960*. 2001. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

QUEIROZ, Paulo R. Cimo. Temores e Esperanças: O antigo Sul-de-Mato-Grosso e o Estado Nacional brasileiro. In: MARIN, Jerri R; VASCONCELOS, Cláudio A. De (Org). *História Região e identidades*. Campo Grande:Ed. UFMS, 2003. P. 19-46.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: Olympio, 1942.

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Aspectos da colonização contemporânea no antigo Sul de Mato Grosso: Vila Brasil e o sonho do migrante*. 2004, 75f. Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

SANTOS, Marina de Souza. *O migrante nordestino em Dourados (1940 – 1970)*. 2000 46 p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

VASCONCELOS, Cláudio A de. *A questão Indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 159 p..

VASCONCELOS, Cláudio A. de. A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. *Fronteiras*, Campo Grande: UFMS, V. 1, N. 1, p. 75 – 84, jan./jun. 1997.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *A colonização e especulação Fundiária em Mato Grosso: A implantação da Colônia Várzea Alegre (1957 – 1970)*. 1986. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. Protestantes e católicos em Mato Grosso: relações conflituosas no início do século XX. *Fronteira*, Campo Grande: UFMS, v. 1, n. 1, p. 133-143, jan./jun. 2002.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A Igreja e a colonização contemporânea em território Sul Mato-Grossense: “onde a cruz foi o sinal”. *I Simpósio Internacional Sobre Religiões, Religiosidades e Cultura* (cd room) UFMS – Dourados, 2003.

VASCONCELOS. Cláudio Alves de. A Colonização Contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. *Fronteiras*, Campo Grande: UFMS, v. 1, p.75 – 84, jan/jun. 1997.

Fontes secundárias

25 anos de missões palotinas em Mato Grosso. No princípio era a selva *Rainha dos Apóstolos*, (encarte especial): Porto Alegre,18p. 1979.

50 anos dos palotinos no Mato Grosso do Sul: uma história construída com o povo (1954-2004). *Rainha dos apóstolos*, (encarte especial) Porto Alegre, Ed. Pallotti, 2004, 26p.

A Igreja no mundo de hoje. Concílio Vaticano II. *Documentos Pontifícios*. Org. Choppnburg. Petrópolis: Vozes, 1968, 155 p.

Apóstolos do Progresso. *Rainha dos apóstolos*. Ano 32, Out. 1962. Porto Alegre, 42p.

ARAÚJO, Antônio José. *História de Fátima do Sul*. Fátima do Sul, 1972.

AZEVEDO, José de. & SILVA, Enofre Bernadino e outros. *Poetas Gloriadouradenses*. Campo Grande: Última Hora, S/d, 263 p.

AZEVEDO, José. *A Primeira Missa*. Campo Grande: Última Hora, 1996.

AZEVEDO, José. *Histórias que Vivi*. Campo Grande: Ed. Associação de Novos Escritores de MS, 1994.

CAPILÉ, Cláudia C. *História de Fátima do Sul*. Dourados: Gráfica Caiuás, Crescendo com fé em Cristo. *Rainha dos Apóstolos*. Ano 30, Mar. 1960. Porto Alegre, 36 p.

Glória de Dourados: Adeus José de Azevedo. **Folheto**, Glória de Dourados, dezembro de 2004, 42p.

KNOB, Pedro. OFM. *A Missão Franciscana no Mato Grosso*: em comemoração dos 50 anos de fundação. Campo Grande: Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora de Mato Grosso, 1988, 440p.

LIMA, Alexandrino Ferreira de. *Glória de Dourados*: recanto abençoado – datas e fatos. Glória de Dourados, 1982.

NASCIMENTO, José Adauto. *Fátima do Sul*: uma cidade que eu vi nascer. Fátima do Sul, 1983. (datilografado).

PIZZOLATO, Valentim. Povo profético e sacerdotal à ação do espírito. *Informações Palotinas*, Santa Maria: Ed. Pallotti, p. 24 – 49. Ano 57, n. 1, jul. 2000.

REDIN, Aquiles Pio. Missão Palotina no Mato Grosso do Sul. *Informações Palotinas*, Santa Maria: Ed. Pallotti, p 51 – 57. Ano 52, n. 1, jul. 1995.

REDIN, Aquiles Pio. No começo foi assim: a missão dos palotinos no Mato Grosso do Sul. *Informações Palotinas*, Santa Maria: Ed. Pallotti, p. 93 – 119. Ano 54, n. 2, dezembro. 1997.

VICENTE PALLOTTI: o sonho de uma Igreja viva. *Pallotti*, Porto Alegre, p. 16 – 31, outubro, 1995.

WILLKE, Venâncio. *Missões Franciscanas no Brasil (1500 – 1975)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974. 201p.

Artigos de jornais

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados. **Diário Ms**, Caderno Diário do Campo, Dourados, p. 1, 19 de dezembro de 2002.

Indápolis: homenagens ao Padre André Capelli. **O progresso**, Dourados, p. 5, 27 de outubro de 2000.

SANTOS, Marcelino V. dos, NETO José Martins. A História de Vicentina. **Gazeta Popular**, Dourados, p. 4, 22 jun. 1994.

Uma igreja inspirada no Sputnik – **Folha de São Paulo**, São Paulo 23 de maio de 1999.

Fontes Primárias

Arquivo Histórico de Campo Grande, MS

Carta do padre José Daniel dirigida ao Ministério da Agricultura – Serviço de Comunicações, 14 de outubro de 1955. Cx. 25.

Comunicado de desistência do lote rural, (3 cartas) 1958. Cx. 27

Ofício direcionado ao Sr. Rúbens Fonseca de Melo (Protestante) 27/10/1955. Cx. 24.

Relatório acerca do depoimento prestado pelo Padre José Daniel, INIC, 25 de janeiro de 1956. Cx. 25.

Relatório do Padre Luiz Vendruscolo ao Núcleo Colonial de Dourados, 18 de novembro de 1955. Cx. 30.

Solicitação de lote residencial para Vila Brasil (8 cartas), 1958. Cx. 27

INCRA – Instituto Nacional de colonização e reforma Agrária
Decreto de Criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Câmara Municipal de Vicentina

Biografias de pioneiros.

Decreto de Nº13, 02/12/89 Instituiu feriado o dia 08/12, em homenagem ao padre José Daniel.

Decreto Nº 38, 05/09/2006, Institui feriado o dia 12/09, em razão do aniversário de falecimento do Pe. Roberto Fulco do Nascimento.

Cúria Diocesana – Pasta de Corumbá

Carta de um funcionário da CAND ao bispo D. Orlando Chaves, 23 de maio de 1956.

Carta do Padre José Daniel ao bispo D. Orlando Chaves, 17 de abril de 1956.

Demonstrativo de despesas.

Paróquia Rainha dos apóstolos

Ata de fundação do Serviço de Assistência Social (SAS).

Carta do Pe. José Daniel aos seus confrades, Guanabara , R.J, 30 de dezembro de 1966.

Cartas de Celso Viana (14 cartas) Rio de Janeiro, 1964 – 1966.
Decreto de fundação da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.
Decreto de nova denominação da Escola Rainha dos Apóstolos.
Estatuto do SAS.
Livro Tombo.
Ofício – Câmara dos Deputados, deputado Miguel Marcondes – Subvenções para 1966.
Ofício – Câmara dos Deputados, deputado Rachid Saldanha Derzi, 1966.
Panfleto – Auxílios e Subvenções, 1965.
Pasta com prestação de contas do SAS – 1964, 1965, 1966.
Pasta de correspondência:
Postal - Câmara dos Deputados. Deputado Wilson Barbosa Martins, 27 de março de 1966.
Prestação de contas do SAS, referente a 1975.
Prestação de contas, referentes a 1977.
Relatórios: atividades desenvolvidas pelo SAS no ano de 1976 e 1977.

Paróquia Nossa Senhora da Glória, Glória de Dourados.
Estatuto da Sociedade Vicente Pallotti.
Livro Tombo.

Escola Padre José Daniel, Vicentina.
Ata de fundação da Escola Rainha dos Apóstolos.
Ata de fundação dd Ginásio Comercial e Curso normal Vicente Pallotti.
Livro Ata – Sociedade de assistência Social (SAS).
Regimento Interno da Escola Rainha dos Apóstolos, 1962.

Paróquia São Pedro, Vila São Pedro
Livro Tombo.

Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Fátima do Sul.
Ata de fundação do Movimento Social Palotino
Carta do missionário Luiz Ventrúsculo ao provincial, de Santa Maria.
Comunicado de nomeação de pároco para a Paróquia Nossa Senhora de Fátima.
Decreto de criação da paróquia Nossa Senhora de Fátima.

Livro tombo.

Escola Estadual Dom Bosco, Indápolis

Histórico da Escola.

Escola Estadual Vicente Pallotti, Fátima do Sul.

Escola Estadual Vila Brasil, Fátima do Sul.

Histórico do Colégio Vicente Pallotti

Histórico do Colégio Vila Brasil

Fontes orais

ENTREVISTA: Dirceu Brito (fita cassete). Produção: Miriam Dal Sokio, Fátima do Sul, 1998.

ENTREVISTA: Elcira Lemos (fita cassete). Produção: Claudete Soares de Andrade Santos, Fátima do Sul, 2000.

ENTREVISTA: Eutácio Caetano Brás (fita cassete). Produção: Claudete Soares de Andrade Santos, Vicentina, 2006.

ENTREVISTA: Isabel Gonçalves Lima (fita cassete). Produção: Claudete Soares de Andrade Santos, Campo Grande, 2006.

ENTREVISTA: José de Almeida Serafim (fita cassete). Produção: Miriam Dal Sokio, Fátima do Sul, 1997.

ENTREVISTA: Lauro Soares de Andrade (fita cassete). Produção: Claudete Soares de Andrade, Vicentina, 2003.

ENTREVISTA: Osvaldo Nascimento (fita cassete). Produção: Claudete Soares de Andrade, Vicentina, 2003.

ENTREVISTA: Pe. Roberto Fulco do Nascimento (fita cassete). Produção: Claudete Soares de Andrade, Vicentina, 2000.

ENTREVISTA: Astrogildo Leal (fita cassete). Produção: Claudete Soares de Andrade, Fátima do Sul, 2004.

LISTA DE ANEXOS

- 1 Foto - Colonos acompanham o cruzeiro.
- 2 foto - Colonos trabalhando durante cerimônia de elevação do cruzeiro.
- 3 Foto - Colonos trabalham na abertura da estrada para o estado de São Paulo.
- 4 Foto - Comissão organizada para pleitear a emancipação de Vila Glória.
- 5 Foto - Padre palotino visita uma capela.
- 6 Foto - Início da construção da escola Rainha dos Apóstolos, Vicentina.
- 7 Foto - Início das obras para construção da igreja Matriz, Fátima do Sul.
- 8 Verbas recebidas para obras sociais dos palotinos em Amambai e Glória de Dourados.
- 9 Verbas recebidas para obras sociais dos palotinos em Vila Brasil
- 10 Prestação de contas do SAS, 1977.
- 11 Cartão postal de Wilson Barbosa Martins ao pe. José Daniel.
- 12 Ofício do deputado federal Rachid Saldanha Derzi.
- 13 Contribuições dos paroquianos para a construção da igreja Matriz de Vicentina, 1975.

Autorizo a reprodução desse trabalho.

Dourados, 28 de dezembro de 2007.

CLAUDETE SOARES DE ANDRADE SANTOS